



Observatório

SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU

Relatório de Atividades
1º Quadrimestre de 2013



A Rede OSB está presente em mais de 70 cidades,
em 14 Estados brasileiros.



O Observatório Social

O **Observatório Social de Foz do Iguaçu**, nasceu por iniciativa do Conselho da Mulher Empresária e Executiva da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI), em *15 de setembro de 2009*, como pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos.

O Observatório Social de Foz do Iguaçu está certificado pela Rede de Observatórios Sociais do Brasil, atuando com metodologia padronizada e ações integradas.

Definições estratégicas

- **Missão:** Atuar para garantir a eficiência na aplicação dos recursos públicos, através da promoção da Cidadania Tributária e Controle Social
- **Visão:** Acompanhar o desenvolvimento da administração pública, exercendo o direito cidadão de influenciar as políticas públicas em prol do interesse coletivo
- **Valores:** Cidadania e Controle Social
- **Foco de Atuação:** Monitoramento da aplicação dos recursos públicos da Administração Pública direta e indireta de Foz do Iguaçu, em paralelo ações de Educação Tributária

Conselho Administrativo

Nome	Cargo
Antonio Derseu Candido de Paula	Presidente
Humberto Theodomiro Fossari Fernandes	Vice Presidente para Assuntos Administrativos e Financeiros
Bispo Dom Laurindo Guizzardi	Vice Presidente para Assuntos Institucionais e de Alianças: -
Kamal Osman -	Vice Presidente para Assuntos de Produtos e Metodologia
Gilder Neres	Vice Presidente para Assuntos de Controle Social: -

Conselho Fiscal

Nome	Cargo
Pastora Maria Genoveva de Araújo	Conselho Fiscal
Mário Espedito Ostrovski	Conselho fiscal
Vago**	Suplente

Conselho Consultivo

Nome	Entidade
Ângela Maria Eidit	Narciso Materiais de Construções
Walter Venson	Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu - ACIFI
Luiz Otavio Cavalcanti	Loja Maçônica Colunas de Itaipu
Pe. Giuliano Inzis	Organização Sociedade Nossa Senhora Aparecida
Beatriz Rodrigues	Conselho da Mulher Empresaria
Tania Guimaraes	Professora aposentada
Alvaro Albuquerque	Advogado
Oscar Elmiro Canesso	Contador – Sistemas Contabilidade Ltda
Jose Sampaio de Castilho	União Municipal Associação de Bairros (UMANFI)
Khalil Smidi	Centro Cultural Beneficente Islâmico
Elias João Dandolini	Dandoline Contabilidade

Programa: Qualidade na Aplicação dos Recursos Públicos

Atividade: Monitoramento das Licitações do Poder Executivo e Legislativo Jan - Abril 2013

OBS: As informações foram retiradas do Portal da Transparência publicadas até 08 de maio de 2013

EDITAIS		ANÁLISES		
MODALIDADE	Total	Análise de Edital	%	Manifestações OSFI (ofícios)
Concorrência	0	0	0	0
Carta Convite	2	2	100%	0
Pregão	23	23	100%	3
Tomada de Preço	0	0	0	0
Dispensa	36	1	3%	Processos não são publicados
Inexigível	23	0	0%	
TOTAIS	84	26	31%	3

Dos 84 Processos, 26 tiveram o edital publicado e todos foram analisadas pelos OSFI, totalizando 100%

Valores 1º Quadrimestre de 2013

MODALIDADE	Total	Valor Máximo Edital (a)	Valor Licitado	Diferença	%
Concorrência	0	0,00	0,00	0,00	0%
Carta Convite	2	139.683,75	103.536,84	36.146,91	26%
Pregão	23	10.664.134,08	7.694.407,75	2.969.726,33	28%
Tomada de Preço	0	0,00	0,00	0,00	0%
Dispensa	36	1.233.543,63	1.230.329,63	3.214,00	0%
Inexigível	23	12.779.523,57	12.779.523,57	0,00	0%
TOTAIS	84	24.816.885,03	21.807.797,79	3.009.087,24	12%

Houve uma diferença de 12% entre o Valor máximo do edital e o Valor licitado.

Há ainda, um acréscimo de 7 Editais examinados pelo OSFI, no valor de R\$ 13.666.595,47, cujo resultado/homologação não foram ainda divulgados no Portal da Transparência.

Assim sendo:

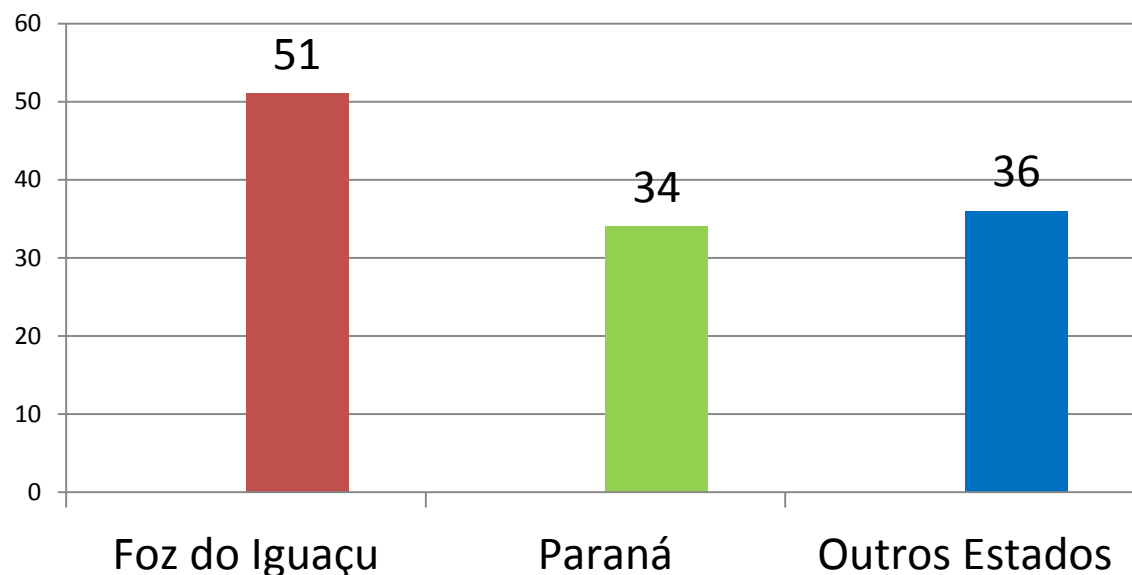
No 1º Quadrimestre de 2013 o Governo Municipal realizou:

Processos Licitatórios: 91

Valores totais: R\$ 38.483.480,50

Índice de Participação das Empresas

Foz do Iguaçu	Paraná	Outros Estados
4.987.813,21	6.567.222,24	13.479.819,48



Importante:

- Temos que levar em conta que diferentes empresas podem ter ganho a mesma licitação

- Temos que levar em conta que uma mesma empresa pode ter participado de vários certames

LEGENDA	Prefeito Municipal	Câmara	Ministério Público	Total
Respondidos	2	1	1	4
Respondidos e Não atendidos	0	0	0	0
Não atendidos	1	0	0	1
Aguardando	1	0	0	1
Respondido Fora do Prazo	5	2	0	7
Totais	9	3	1	13

Dos 13 ofícios enviados , 10 solicitavam alguma informação; 10% respondido no prazo; 10% não houve resposta; **70% Respondido fora do prazo** e 10% está aguardando.

Ofício	Assunto	Status	STATUS	Dt Protocolo	Dt Resposta	Tempo p/ Resp.
002/2012	Solicita processo Dispensa 001/2013	Respondido em atraso	RFP	Pr. 2651/2013 - 28/01/2013	22/03/2013	52 dias
003/2012	Processos licitatórios da Fundação Cultural de Foz	Não Respondido	N	3869/2013 - 06/02/2013	Já vencido	Não responde u
004/2012	Pedido de Isenção das cópias dos Processos	Respondido e não atendido	RFP	4214/2013 - 07/02/2013	Já vencido	41 dias
005/2012	Convite apresentação do Relatório	Convite	R	28/02/2013		
008/2012	Pregão eletrônico 001/2013 licitantes com restrição em participar do certame	Respondido	R	9039/2013 - 11/03/2013	26/03/2013	15 dias
009/2012	Solicitando Cronograma de entrega do Pregão 002 alimentos da merenda escolar	Respondeu com atrasos/ Enviamos ofício à CM 012/2013	RFP	9661/2013 - 13/03/2013	19/04/2013	37 dias
010/2012	Informações sobre os Processos de Dispensa do Municipio fundamentado no inc IV do art 24	Respondido	RFP	11518/2013 - 26/03/2013	23/04/2013	28 dias
011/2012	Esclarecimentos a cerca dos Processos de Dispensa do FOZHABITA	Respondido	RFP	11519/2013 - 26/03/2013	23/04/2013	28 das
013/2012	Informacoes quanto ao cronograma de entrega dos produtos do Pregão Eletronico 013/2013 referente a aquisicao de livros didáticos	Aguardando	A	017306/2013 - 22/04/2013		

Ofício	Assunto	Status	STATUS	Dt Protocolo	Dt Resposta	Tempo p/ Resp.
001/2012	Informações sobre Processo Licitatório referente as obras da reforma dos gabinetes	Respondido e duas fases	RFP	070/2013 28/01/2013	04/03/2013 - 12/03/2013	35 dias - 42 dias
006/2012	Convite apresentação do Relatorio	Convite	R	28/02/2013		
012/2012	Solicitação de apuração de possíveis descumprimentos da Lei de Acesso à Informação no que tange o Processo Licitatório Pregão Eletrônico 002/2013	Respondido	RFP	0406/2013 - 04/04/2013	06/052013	32 dias

Estudos de Casos

Apresentação de alguns Processos acompanhados
no 1º Quadrimestre de 2013

Pregão Eletrônico 001/2013

Valor Máximo: R\$ 5.121.270,07

Motivação: Quatro Possíveis irregularidades do certame

11/03/2013- Ofício 008/2013 –Solicitação de Esclarecimentos do Prefeito -



1) Empresas com restrição em Licitar:

Em consulta realizada no Site da Controladoria Geral da União – CGU verificamos que duas empresas que foram vencedoras do certame se encontravam com a seguinte restrição:

CGU - Controladoria-Geral da União

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA do Governo Federal

Fale conosco | Glossário

Acesso rápido Selezione...

Você está em:
Início » CEIS » **Empresa ou Pessoa Consultada**

EMPRESA OU PESSOA CONSULTADA

Tipo de pessoa: Jurídica
CNPJ: 03.652.030/0001-70
Razão social ou nome fantasia: CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
UF: RS
Quantidade de registros encontrados: 1 **Data:** 08/05/2013 **Hora:** 15:24:48

Detalhamento da sanção aplicada

Tipo da sanção: Suspensão - Lei de Licitações
Fundamentação legal: Art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93
Data de início da sanção: 18/10/2012
Data de fim da sanção: 17/10/2014
Número do processo: ***
Órgão sancionador: Prefeitura Municipal
Complemento do órgão sancionador: Nova Xavantina
UF do órgão sancionador: MT
Origem da informação: Diário Oficial da União Seção 3 pág 173
Data da informação: 23/10/2012
** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

CGU - Controladoria-Geral da União

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA do Governo Federal

Fale conosco | Glossário

Acesso rápido Selezione...

EMPRESA OU PESSOA CONSULTADA

Tipo de pessoa: Jurídica
CNPJ: 07.768.887/0001-01
Razão social ou nome fantasia: MUNDIFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA.
UF: MG
Quantidade de registros encontrados: 1 **Data:** 08/03/2013 **Hora:** 9:21:26

Detalhamento da sanção aplicada

Tipo da sanção: Impedimento - Lei do Pregão
Fundamentação legal: Art. 7º da Lei nº 10.520/02
Data de início da sanção: 23/10/2012
Data de fim da sanção: 22/04/2013
Número do processo: 001/0218/000 285/2010
Órgão sancionador: Governo do Estado de São Paulo
Complemento do órgão sancionador: COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
UF do órgão sancionador: SP
Origem da informação: Governo do Estado de São Paulo
Data da informação: 15/01/2013
** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

A Empresa CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA estava com Suspensão – Lei de Licitações Art. 87, III;
E a MUNDIFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA estava com Impedimento – Lei do Pregão Art. 7º.

Conclusão: O Pregoeiro promoveu a INABILITAÇÃO das empresas



2) Divergências dos valores entre Edital e Ata PE 001/2013

Verificou-se após o certame, que a ata redigida, em 5 LOTES, apresentava valores divergentes. Ou seja, o valor registrado encontrava superior ao valor máximo previsto do edital.

Conforme a seguir:

Código item	Qnt.	Produto	Vlr Uni edital	Total	Vlr Uni ata	Total	Diferença R\$	Diferença (%)
127	98	Frasco-ampola Insulina Regular 100UI 10ml Unidades de Saúde	14,95	1.465,10	20,00	1.960,00	494,90	25%
137	249200	Comprimido Levotiroxina 100mcg	0,08	20.185,20	0,12	29.904,00	9.718,80	32%
147	840	Comprimido Metilfenidato LA 40mg	5,28	4.433,52	7,86	6.602,40	2.168,88	33%
149	304500	comprimido Metoclopramida 10mg	0,03	8.830,50	0,04	12.180,00	3.349,50	27%
203	70	Sachê Tianfenicol granulado (estoque CEM)	13,00	910,00	13,90	973,00	63,00	6%

A soma das diferenças dos Lotes é de R\$ 15.795,08

Conclusão: O Pregoeiro informou que houve erro no Sistema e os Lotes não seriam homologados

3) Diferenças nas especificações dos Produtos PE 001/2013

Constatamos que alguns produtos continham divergências de nomes e solicitamos esclarecimentos

Resposta: “a diferença no descritivo de itens do edital e na Ata do processo, são devidos às diferenças de cadastro no Programa Giig Saúde utilizado no Almoxarifado de Medicamentos e no Giig Plataforma, utilizado no Departamento de Compras. Justifica-se a contratação, tecnicamente, que apesar da diferença de códigos, os medicamentos licitados na sua descrição, forma farmacêutica e composição não apresentam inconformidades, tratando-se dos mesmos medicamentos”. Ass. Ana Paula Oliveira Reis da Silva – Farmacêutica CRF 11.100/PR

4- Das diferenças de itens do Edital e da Ata PE 001/2013

Quanto as diferenças de itens que constam do edital e da ata, todos os itens de letras “a” a “y” mencionados na ata do pregão encontram-se prejudicados e somente serão adquiridos em nova licitação. Trata-se de **uma inconsistência do sistema**, que atribui numeração diversa aos itens que efetivamente constam no edital, durante a sessão eletrônica de lances, o que impossibilita sua aquisição.

Conclusão:

Pregão Eletrônico 001/2013

Valor Máximo: R\$ 5.121.270,07

Valor Licitado: R\$ 2.924.969,94



Diferença: (-) R\$ 2.196.305,13 | 43 %

Obs.: Não foram adquiridos todos os itens do edital.



Pregão Eletrônico 002/2013

Valor Máximo: R\$ 197.181,60

Valor Licitado: R\$ 196.631,6 | **Diferença: (-) R\$ 550,00**

Em **13/03/2013** protocolizamos o Ofício 009/2013 Solicitação informações quanto ao cronograma de entregas dos produtos.

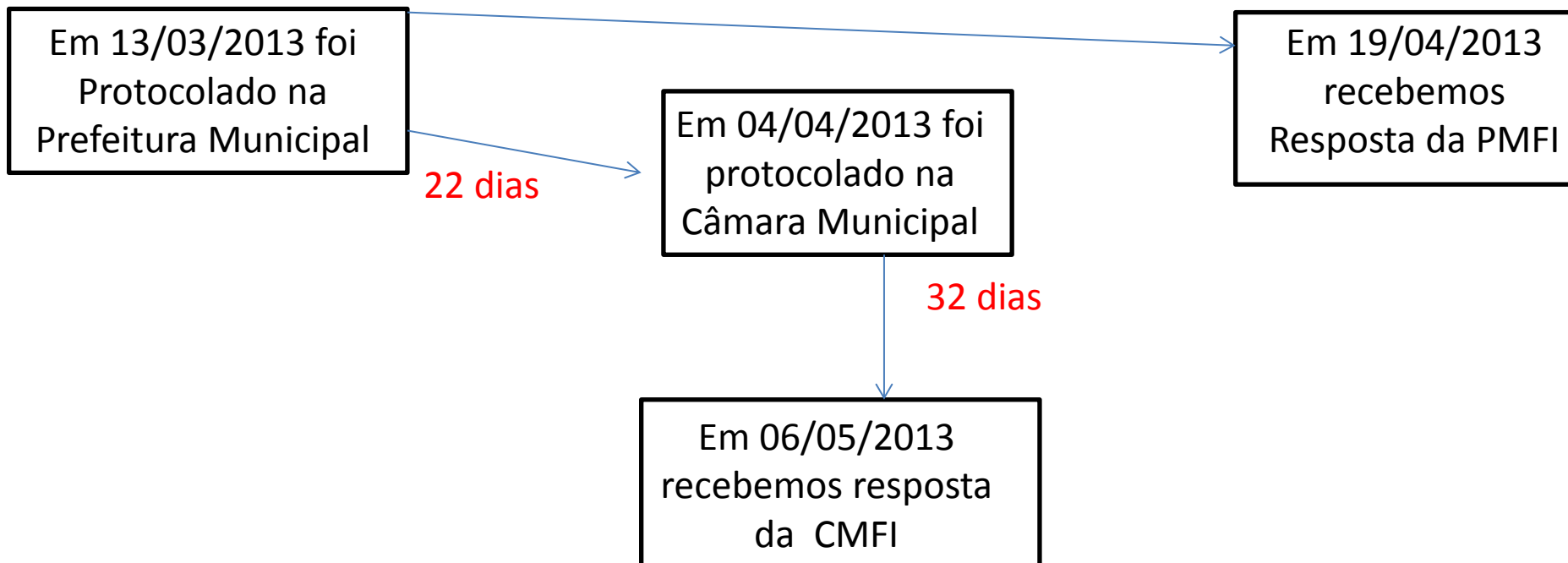
A solicitação foi fundamentada da Lei de Acesso à Informação 12.527/2011 que diz o seguinte:

Interpretando a Lei de Acesso à Informação podemos concluir que:

- a) Acesso imediato, à informação disponível;**
- b) Não estando disponível, deverá disponibilizar em 20 dias;**
- c) Não sendo possível, deverá apresentar ao requerente justificativa prévia e terá mais 10 dias.**

Conclusão: Imediato ou 20 dias + 10 dias = 30 dias no máximo!!

Segue percurso do Ofício 009/2013: 37 dias



Resposta da Prefeitura Municipal:

Recebemos documentos, porém sem definição correta das entregas. Tentaremos outras opções.

Resposta da Câmara Municipal:

Solicitaram à Prefeitura os documentos, e foram informados que já haviam enviados ao OSFI.

Quanto ao descumprimento do prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação não nos foi apresentada alguma apuração.

A Lei de Acesso à Informação X Governo Municipal de Foz do Iguaçu

A Lei de Acesso precisa ser regulamentada no Município de Foz ?

R: A Lei já apresenta condições de ser aplicada, porém, para garantir os seus efeitos é necessário que os órgãos e entidades (federais, estaduais e municipais) de todos os Poderes complementem, no plano legal a lei nacional. Nesse sentido dispõe o artigo 45 da Lei:

Art. 45. Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas, especialmente quanto ao disposto no art. 9º e na Seção II do Capítulo III.

Qual o prazo para que este Município regularmente a Lei de Acesso?

A lei já deveria ter sido regulamentada. A Lei de acesso à Informação foi publicada em 18/11/2011 e deu um período de 6 meses para os órgãos se adequarem a ela, que foi quando entrou em vigor a lei: 16 de maio de 2012

Informações prestadas pela Giovana Benevides Sales Araújo – Tribunal de Contas do Estado/PR

Faz mais de 1 ano que a Lei de Acesso á Informação (LAI) entrou em vigor, e até o momento o Município de Foz do Iguaçu não se enquadrrou para segui-la, além de não ter Decreto de Regulamentação, as informações não tem sido respondidas no prazo estabelecido; não há publicação de todas as Receitas e Despesas em tempo real.

Mesmo sem o Decreto de Regulamentação Municipal ela já deveria ser respeitada, visto que vale a Lei de âmbito Federal.

Exemplo de descumprimento da LAI por parte do Executivo e do Legislativo que deveria fiscalizar

Em 31/10/2012 o OSFI protocolizou na Prefeitura o Of. 030/2012 solicitando informações quanto a possíveis descumprimentos da Lei de Licitações no tange ao Processo Carta Convite 046/2012, conforme exposto:



Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

Praça Getúlio Vargas 280, Centro - CEP: 85851-340 Foz do Iguaçu - PR
E-mail: 24horas@fozdoiguacu.pr.gov.br | Site: http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br
Telefone: (45) 3521-1000

TRAMITAÇÕES E INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Assunto: 557 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº.12527/11
Nº Processo: 49376 2012
Requerente: 971950 Observatorio Social de Foz do Iguaçu
Complemento: Esclarecimentos a respeito das divergências citadas no Ofício nº 030/2012, re
Último parecer: Solicitamos o presente prontuário uma vez que o Observatório Social denunci

Data	Unidade	Enviado para	Recebido	Data recebido	Recebido por	Parecer
31/10/2012 11:10:08	0019-Supervisão de Protocolo Geral e Arquivo - SPT/DPAD/SMAD		Sim	31/10/2012	Cristiane Julfi Trindade (Assit. Adm. junior)	Início do andamento do processo. Prezado Agente Público: Solicitamos observar o disposto no art. 11 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 ("Lei de Acesso à Informação"), para as situações de acesso imediato, do prazo de resposta, bem como as consequências de caracterizar conduta ilícita inserida no art. 32 da aludida



Como observado na imagem anterior, o ofício foi protocolizado em 31 de outubro de 2012.

50 dias depois, não havia resposta por parte da Prefeitura;
No dia 20 de dezembro de 2012 enviamos o Of. 037/2012 à Câmara solicitando a *apuração de possíveis descumprimentos da Lei de Licitações, Lei de Acesso à Informação e Princípios Constitucionais*.

No dia 16 de janeiro, 67 dias após o pedido, a Prefeitura nos disponibiliza uma resposta do fato.

Como já havia sido enviado à Câmara de Vereadores as informações, não foi tomada nenhuma atitude a não ser aguardar a resposta.

Resposta que veio no dia 03 de abril, depois de 72 dias , com os seguintes dizeres: (...)

Com relação às supostas omissões do Prefeito em afronta à Lei de Acesso à informação segue, em anexo, cópia do ofício nº146/133 no qual o Executivo Municipal informa que foi procedido o levantamento do referido processo protocolar tendo constatado que foram prestadas as informações solicitadas, consoante extrato do processo nº 049376/2012, que comprova que as informações foram retiradas em 16 de janeiro do corrente ano.

Travessa Oscar Muxfeldt, nº 81 – Centro – Foz do Iguaçu/PR – 85.851-490 – Telefone (45) 3521-8100

91

- 1 - A cópia do Of. nº 146/2013 não constava em anexo.
- 2 - Sobre o descumprimento do prazo para resposta por parte da Prefeitura, a Câmara de Vereadores não nos apresentou nenhuma apuração do fato!!

Salientamos ainda que a Lei de Acesso à Informação define que:

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa; (...)

III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;

Ao contrário dos anos anteriores, esse ano a Prefeitura de Foz do Iguaçu começou a cobrar pelo fornecimento dos Processos solicitados pelo OSFI.

A Lei de Acesso a Informação, como também a Lei de Licitações e a Lei de Responsabilidade Fiscal determinam que tais informações, devem ser disponibilizadas para acesso em meios eletrônicos.

Tentou-se uma solicitação de pedido de isenção da cobrança do OSFI justificando o Controle Social e os benefícios que trazem para o Município, porém foi recusado.

O Observatório Social de Foz do Iguaçu em qualquer pedido feito, sempre verifica antes se as informações estão publicados nos Portais de Transparência, para então fazer a solicitação.

Caso já estivessem publicados, não seriam necessárias as solicitações e nem a despesa por parte do OSFI para ter acesso aos documentos.

Programa: Qualidade na Aplicação dos Recursos Públicos

Atividade: Monitoramento da Produção Legislativa

Análise das Atas de Jan-Abril 2013

Como ocorre uma sessão?

Art. 100. As Sessões da Câmara são:

- I - Ordinárias;
- II - Extraordinárias;
- III - Solenes.

Art. 110. As sessões ordinárias e extraordinárias compor-se-ão de quatro partes:

- I - Pequeno Expediente;
- II - Grande Expediente;
- III - Ordem do Dia;
- IV - Explicação Pessoal.

Fonte: Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Foz

Presenças dos Vereadores

Art. 83. São deveres do Vereador, além de outros previstos na [Lei Orgânica](#):

I - comparecer, à hora regimental nos dias designados, às Sessões da Câmara Municipal, em traje passeio, apresentando justificativa à Mesa pelo não comparecimento;

Art. 103. (...).

§ 1º Considerar-se-á presente à sessão da Câmara o Vereador que assinar a folha de presença até o início da Ordem do Dia e participar das votações.

§ 2º *Salvo motivo justo, a não participação na votação ou o não comparecimento à sessão acarretará falta ao Vereador, descontando-se o subsídio correspondente à sessão.*

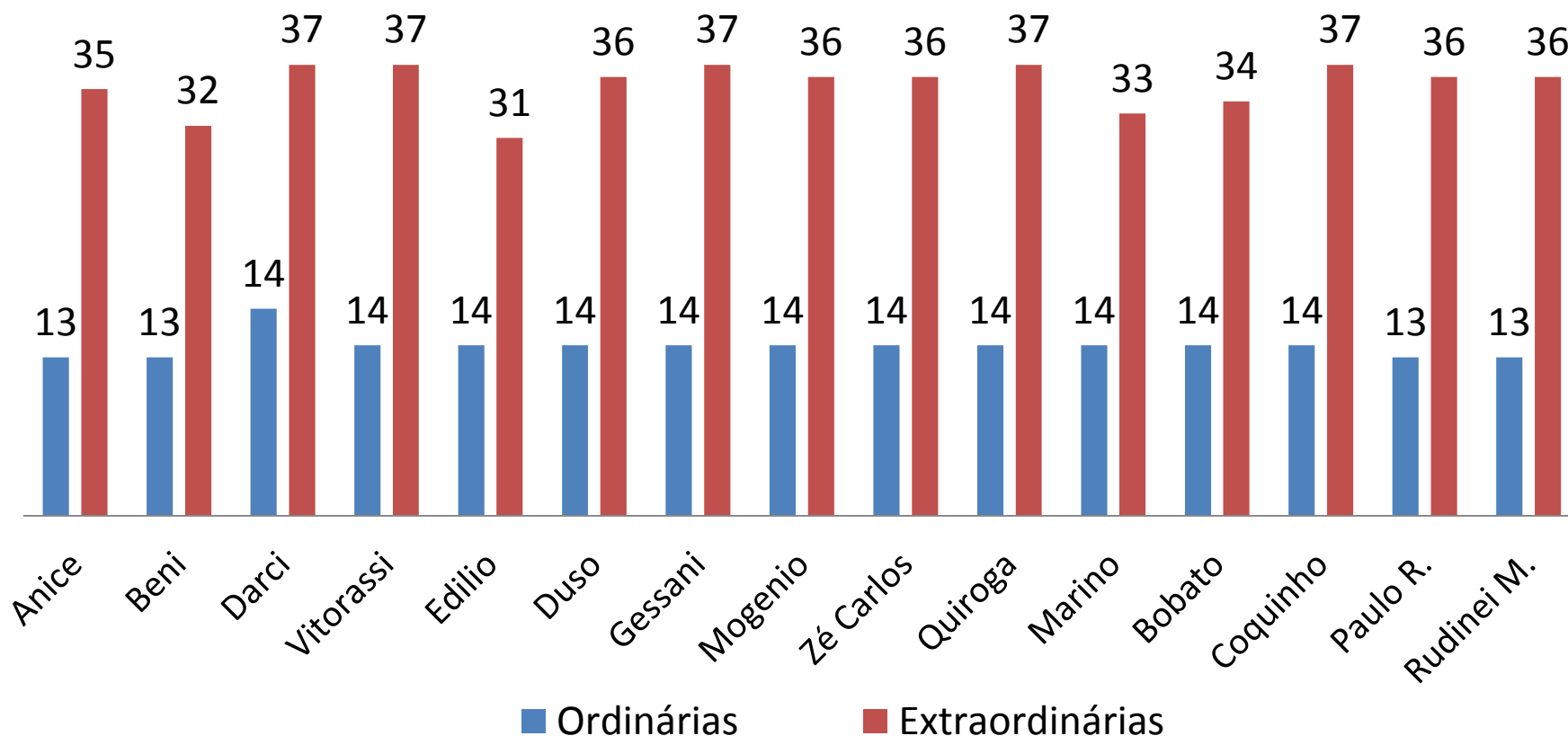
I - Considera-se motivo justo, para efeito de justificação de faltas, doenças, luto, gala e outros aceitos pela Mesa Diretora.

II - Somente com a aprovação da Mesa Diretora poderão ser justificadas as faltas, exceto as motivadas por doença ou luto, que serão prontamente justificadas mediante documento comprobatório.

III - O Vereador designado pela Mesa Diretora ou pelo Plenário para exercer serviço de representação da Câmara na sede ou fora do Município, será considerado licenciado e terá suas faltas às reuniões abonadas para todos os efeitos legais.

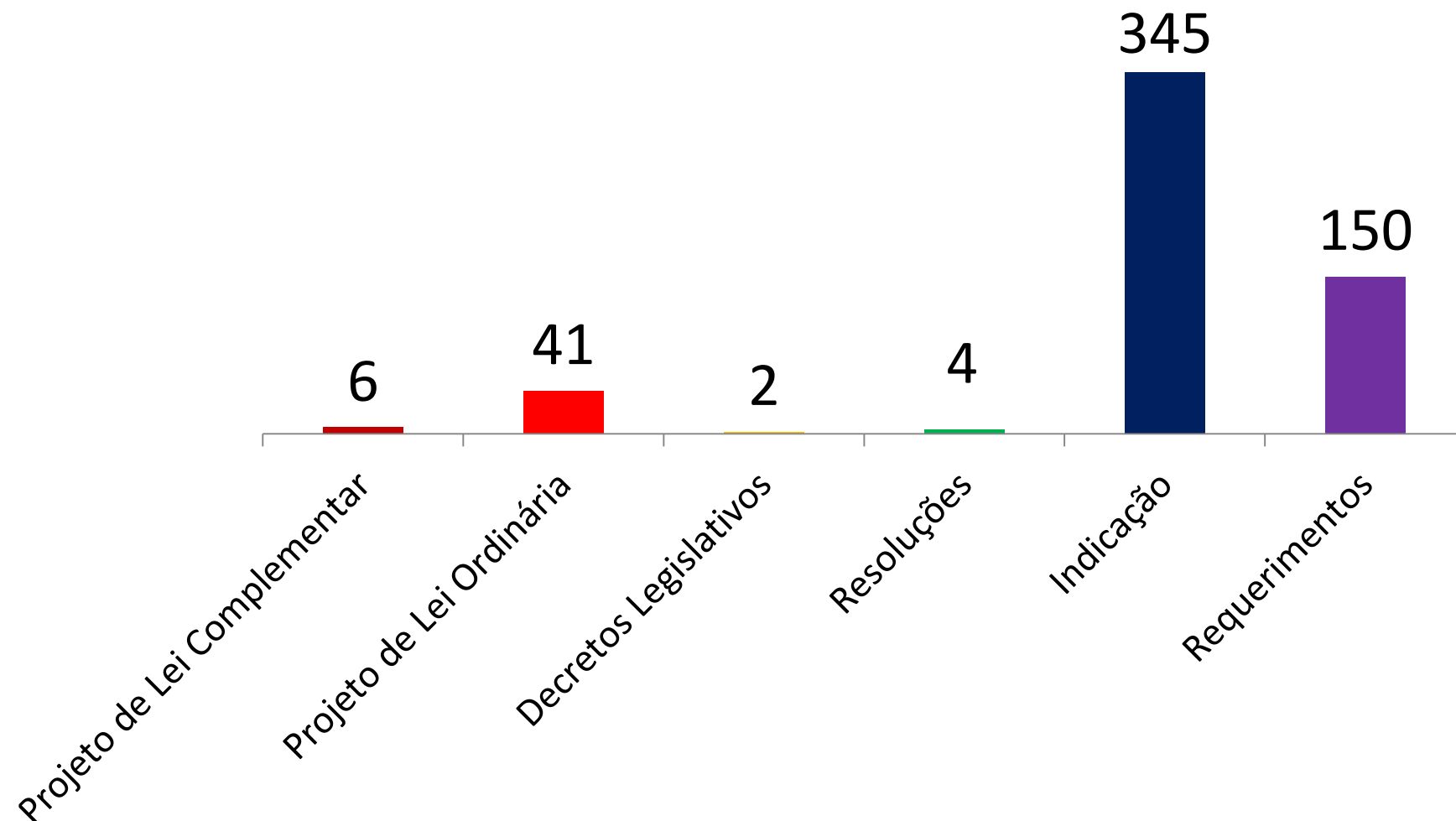
IV - Na impossibilidade do Vereador justificar a falta com antecedência, deverá fazê-lo, no máximo, até a próxima sessão em que se fizer presente e antes do envio do Boletim de Freqüência dos Vereadores, conforme disposto no [inciso VIII do art. 22 deste Regimento](#).

Frequência em sessões

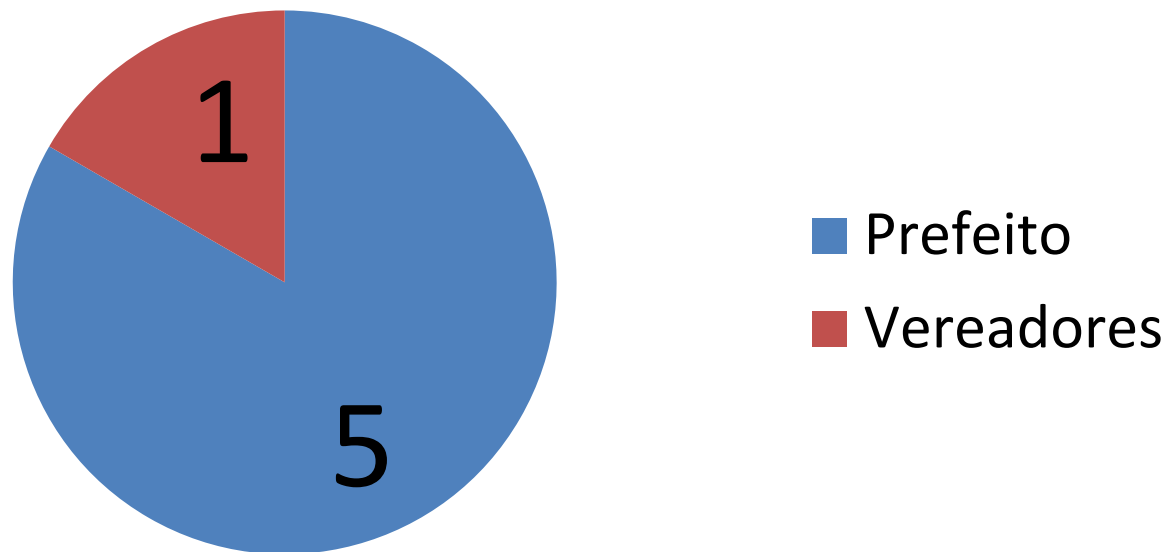


Sessões Ordinárias: 14 realizadas e 26% dos vereadores não compareceram a todas.
Sessões Extraordinárias: 37 realizadas e 67% dos vereadores não compareceram a todas.

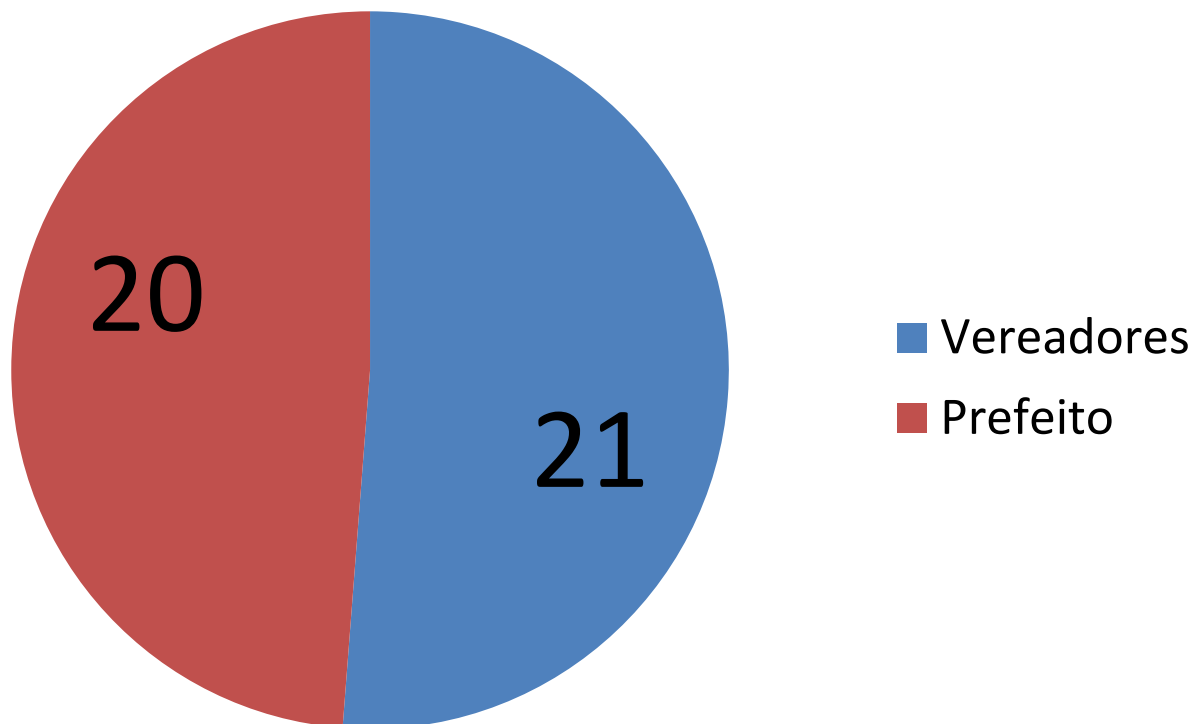
Produção Legislativa



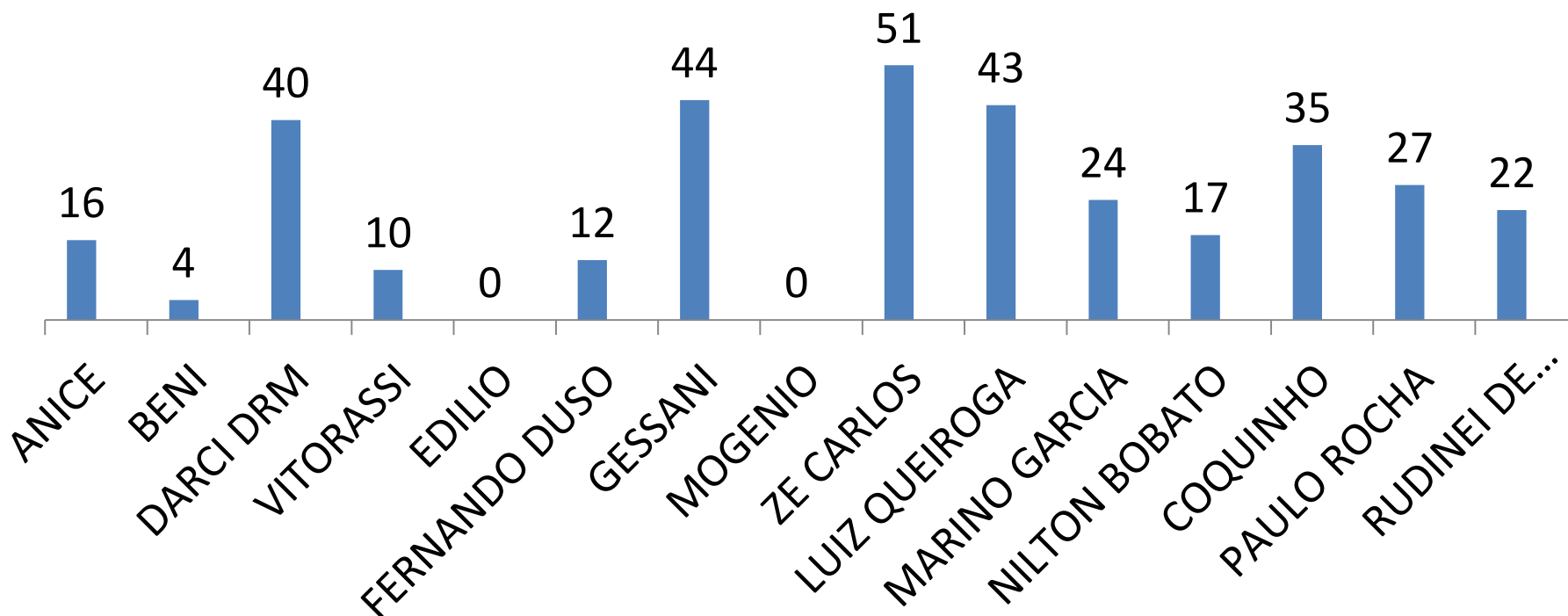
Apresentação de Projetos de Lei Complementar



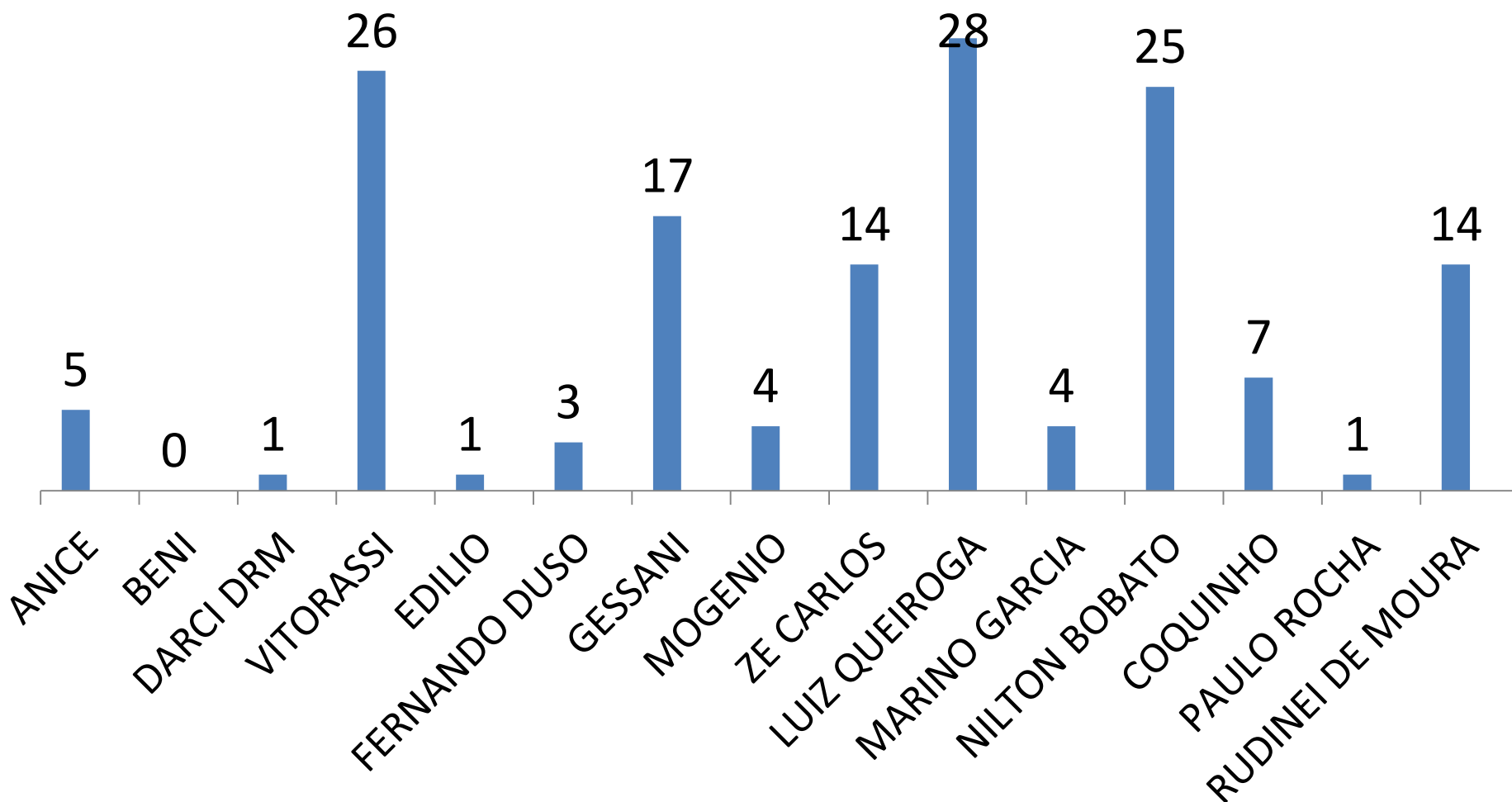
Apresentação de Projetos de Lei Ordinária



Manual do vereador: “A indicação é mera sugestão do Legislativo ao Executivo para a prática ou abstenção de atos administrativos da competência exclusiva do Prefeito, sobre questões de interesse público local, de alçada do Município. Não obriga o Executivo nem compromete o Legislativo. É ato de colaboração, de ajuda espontânea de um poder a outro.”



Total de indicações: 345



Em Anexo a esta apresentação está disponível para consulta dos interessados mais informações sobre Os Requerimentos e as Indicações apresentadas.

Programa: Semeando a Cidadania Fiscal e Educação para Cidadania

Atividade: Parcerias com instituições de ensino e entidades

Jan-Abril 2013

MOBILIZAÇÃO CONTRA A PEC 37/2011

Proposta de Emenda Constitucional 37/11 visa limitar o Poder de Investigações à Policia Federal e Civil.

Coletiva de Imprensa
realizada para dar início
à Mobilização

No dia foi lançado um Manifesto das Entidades contra a PEC 37/2011



MOBILIZAÇÃO CONTRA A PEC 37/2011



Pontos de Coletas de assinaturas instalados na UNIOESTE, UDC centro, UDC Anglo, CESUFOZ , eventos e na sede de Entidades e foram coletadas 1473 assinaturas

AÇÕES E EVENTOS JANEIRO A ABRIL

APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE 2012 – Em Fevereiro



AÇÕES E EVENTOS JANEIRO A ABRIL

PARTICIPAÇÃO NO 3º ENCONTRO DA REDE OSB



**Participaram 52
Observatórios Sociais de 12
Estados do Brasil**

Programas padronizados Rede Observatórios Sociais do Brasil

PROGRAMA	QUALIDADE NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS Executivo
ATIVIDADES	Monitoramento das licitações
	Monitoramento da execução orçamentária
	Inventário recursos humanos
	Inventário da frota municipal
	Inventário dos prédios públicos municipais
	Diagnóstico dos almoxarifados
	Diagnóstico das transferências voluntárias - convênios
PROGRAMA	QUALIDADE NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS Legislativo
ATIVIDADES	Monitoramento das licitações
	Monitoramento da execução orçamentária
	Monitoramento das diárias
	Monitoramento produção legislativa
	Diagnóstico dos recursos humanos
	Diagnóstico da frota

PROGRAMA	SEMEANDO A CIDADANIA FISCAL Educação para a Cidadania
ATIVIDADES	Parcerias com instituições de ensino e entidades
	Concurso de redação e monografia
	Feirão do Imposto
	Pesquisa sobre cidadania fiscal
	Palestras para divulgação dos trabalhos do OS
PROGRAMA	DINAMIZANDO A CIDADANIA FISCAL
ATIVIDADES	Parceria com entidades de classe
	Parceria com conselhos municipais
	Divulgação dos editais de licitações
	Parcerias para capacitação das MPEs
PROGRAMA	INDICADORES DE GESTÃO PÚBLICA
ATIVIDADES	Coleta de dados do balanço contábil
	Alimentação do Sistema
	Apresentação dos indicadores a comunidade e ao OSB
PROGRAMA	PRESTAÇÃO DE CONTAS QUADRIMESTRAL
ATIVIDADES	Prestação de contas quadrimestral do OS
	Divulgação dos trabalhos do OS à comunidade
	Apresentação do Sistema de Monitoramento do Legislativo
	Apresentação dos Indicadores de Gestão Pública



Para realizar todos os Programas padronizados pela Rede de Observatórios Sociais do Brasil é necessário aumentar nossos recursos humanos, em pelo menos:

01 Profissional Graduado
01 Assistente administrativo
2 Estagiários

Atualmente, temos apenas 01 coordenador!

FIM!!!

Contatos:

45 3521 3306

coordenacao@osfi.org.br

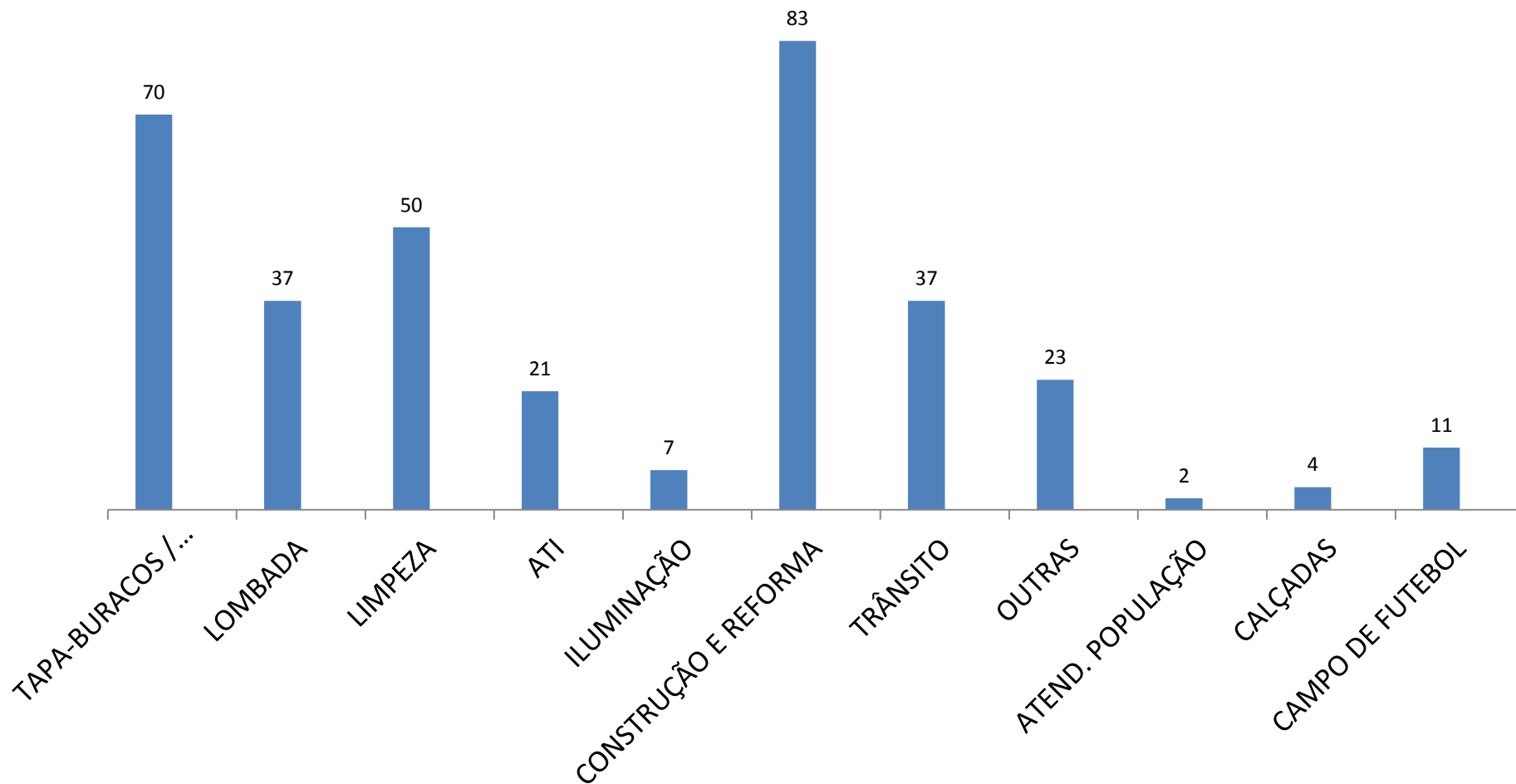
[Facebook.com/osdefoz](https://www.facebook.com/osdefoz)

www.osfi.org.br

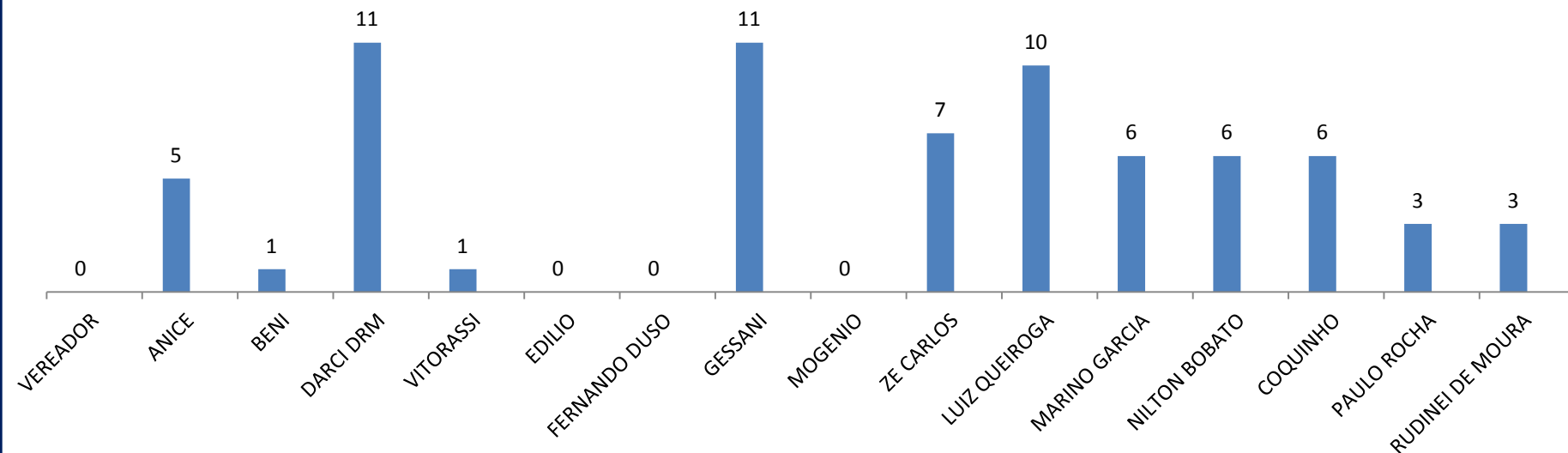
Obrigado pela atenção!!!

Anexo I – Indicações apresentadas

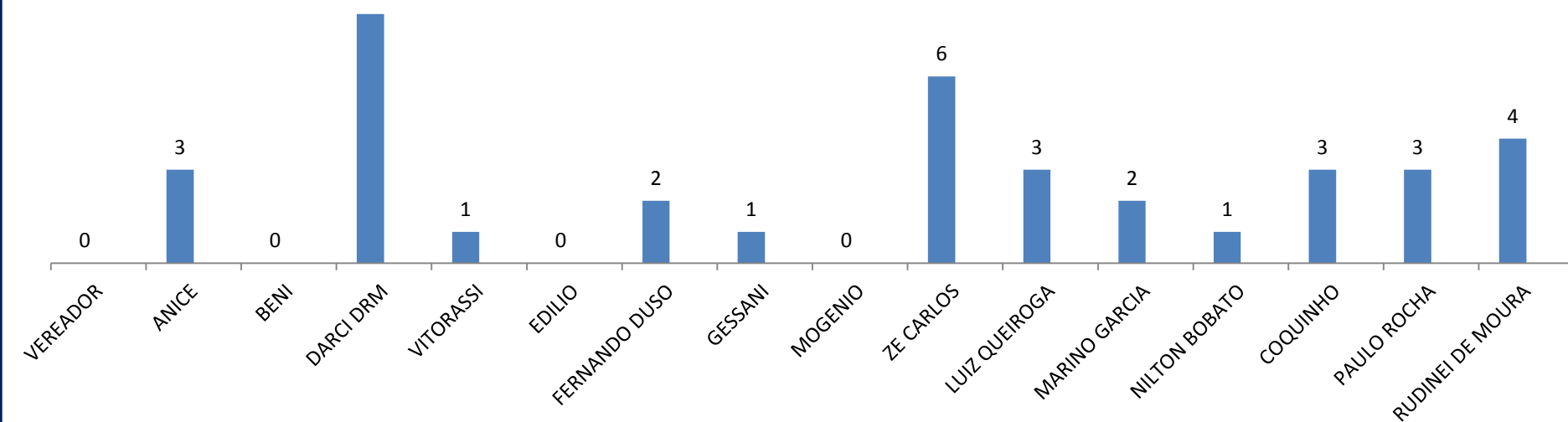
Tipos de Indicações



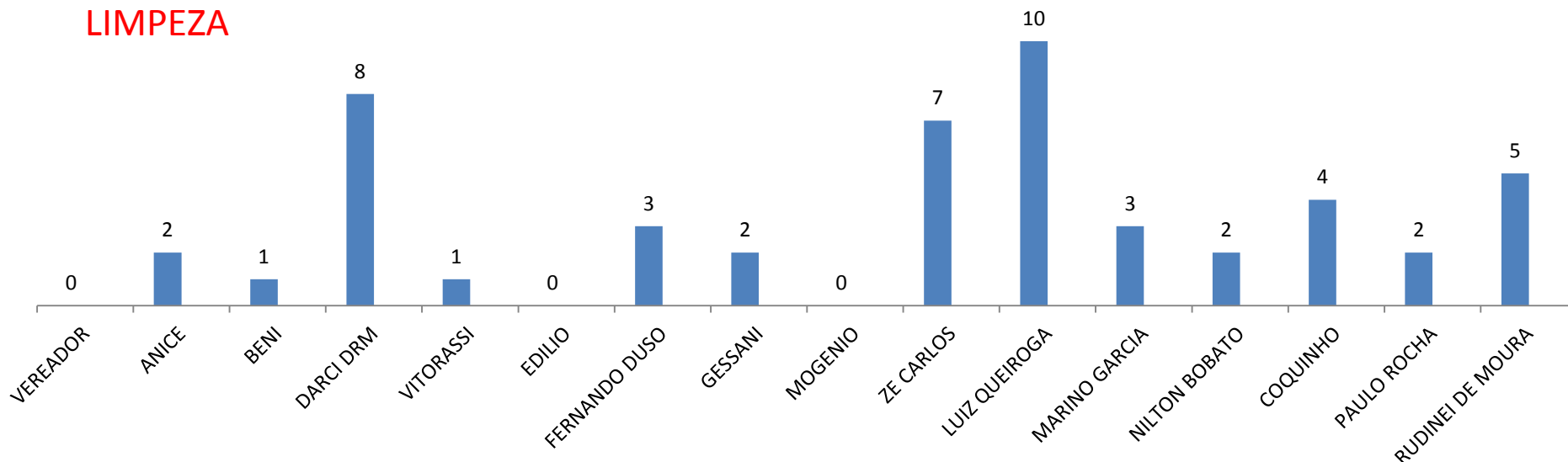
TAPA-BURACOS / REVESTIMENTO ASFÁLTO / POLIÉDRICO



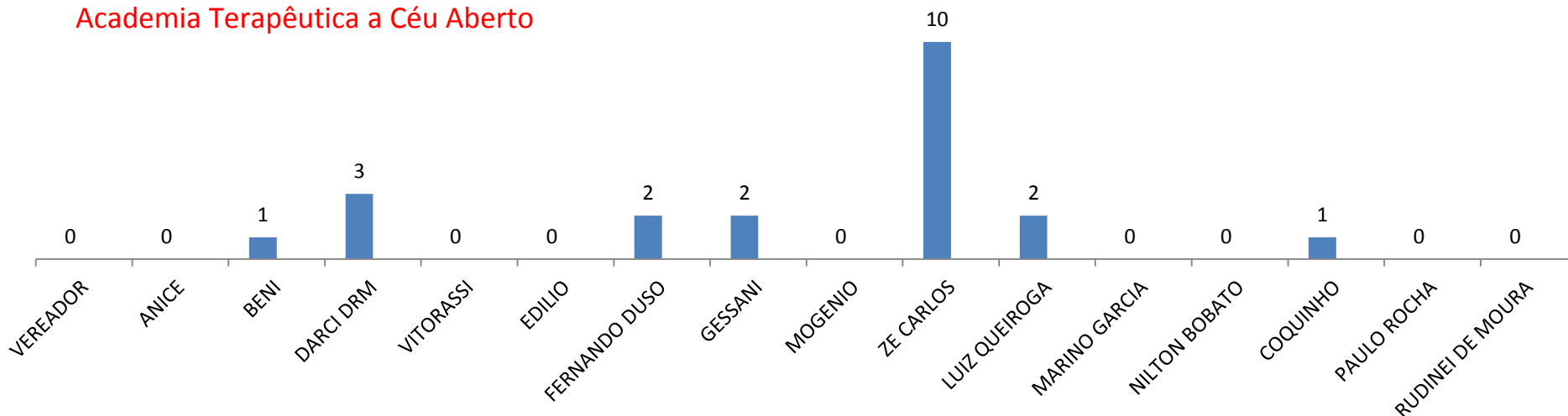
LOMBADA/REDUTOR DE VELOCIDADE



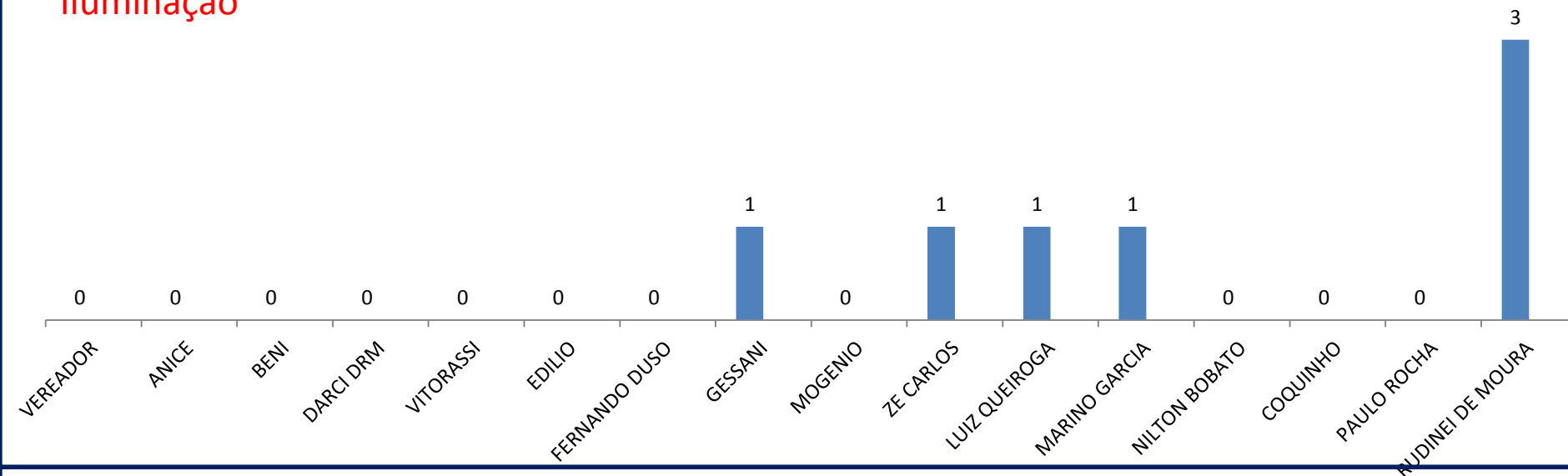
LIMPEZA



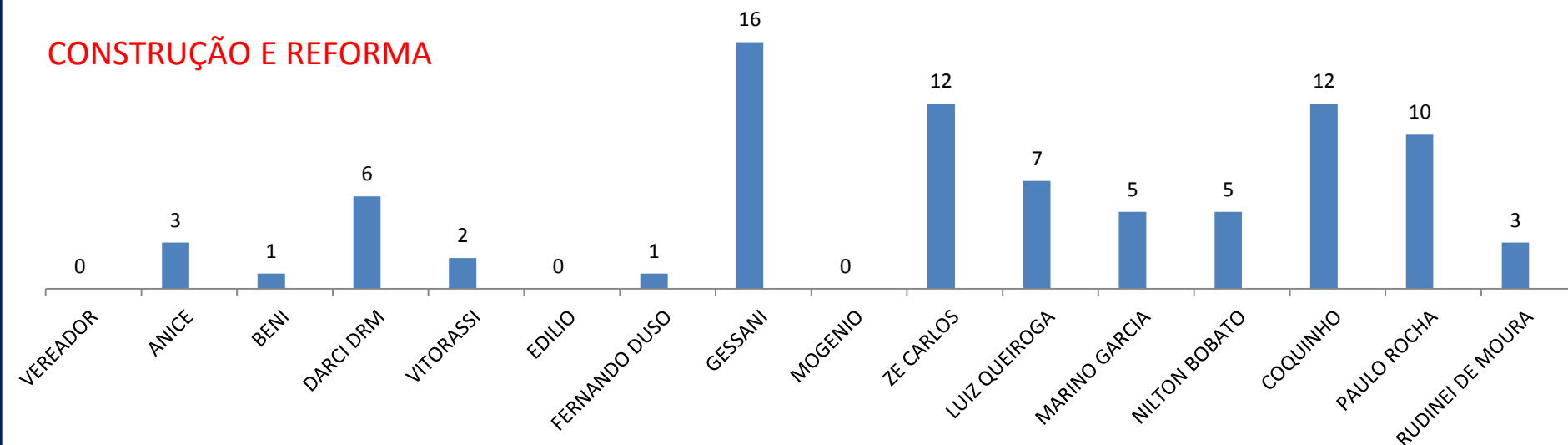
Academia Terapêutica a Céu Aberto



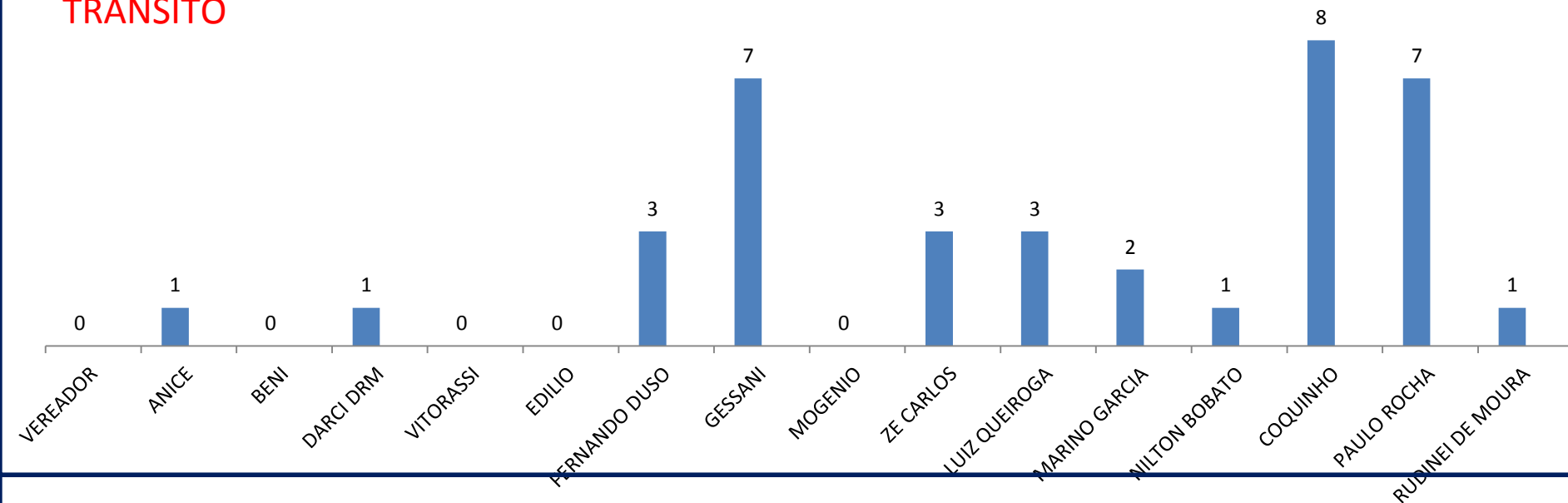
Iluminação



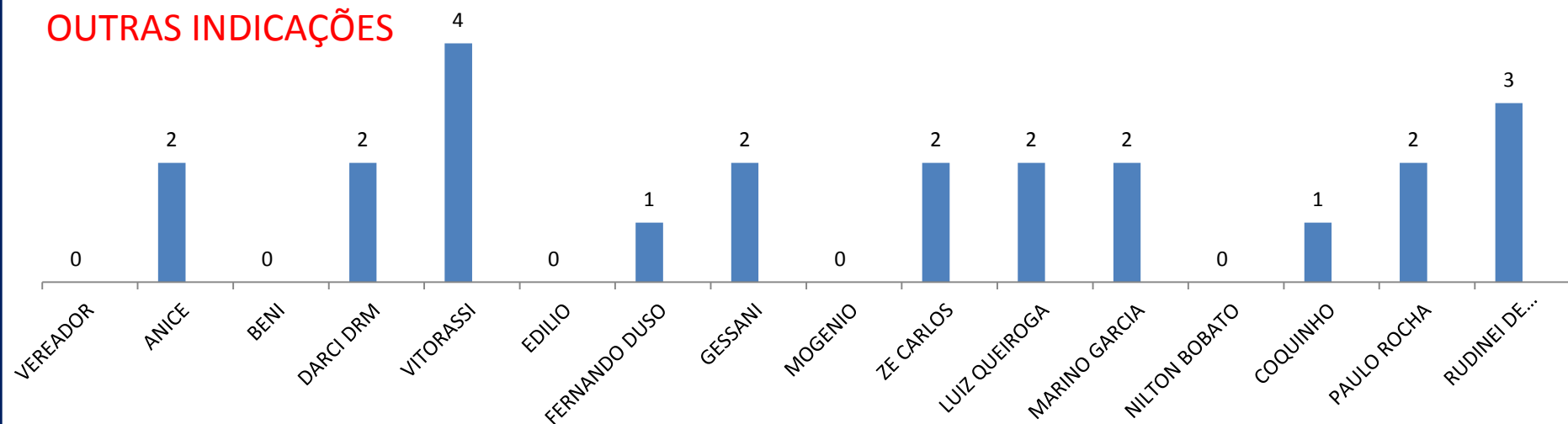
CONSTRUÇÃO E REFORMA



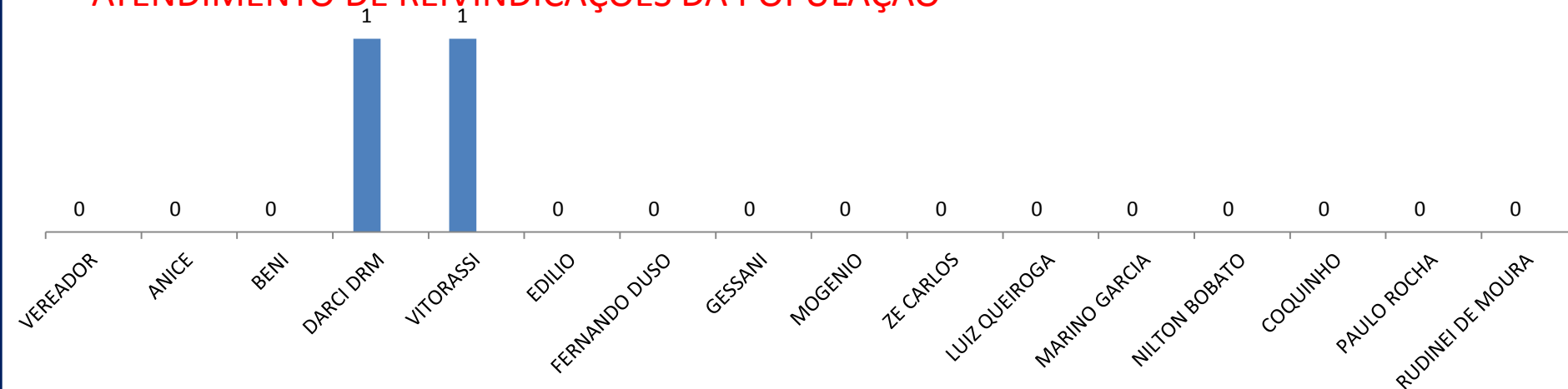
TRÂNSITO



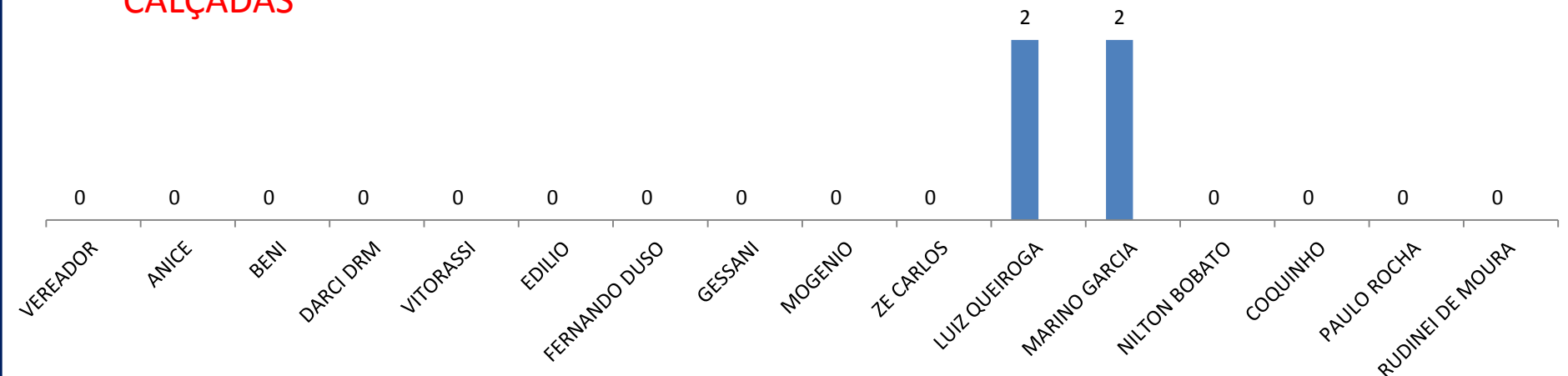
OUTRAS INDICAÇÕES



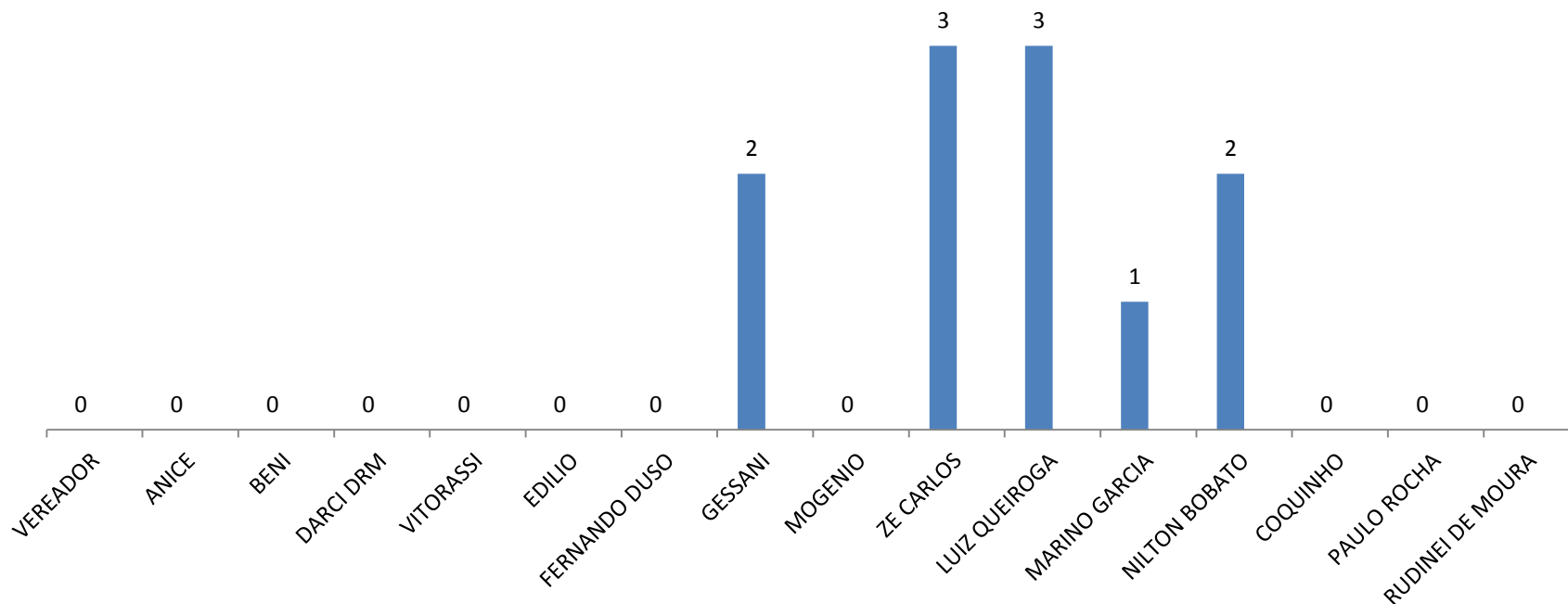
ATENDIMENTO DE REIVINDICAÇÕES DA POPULAÇÃO



CALÇADAS

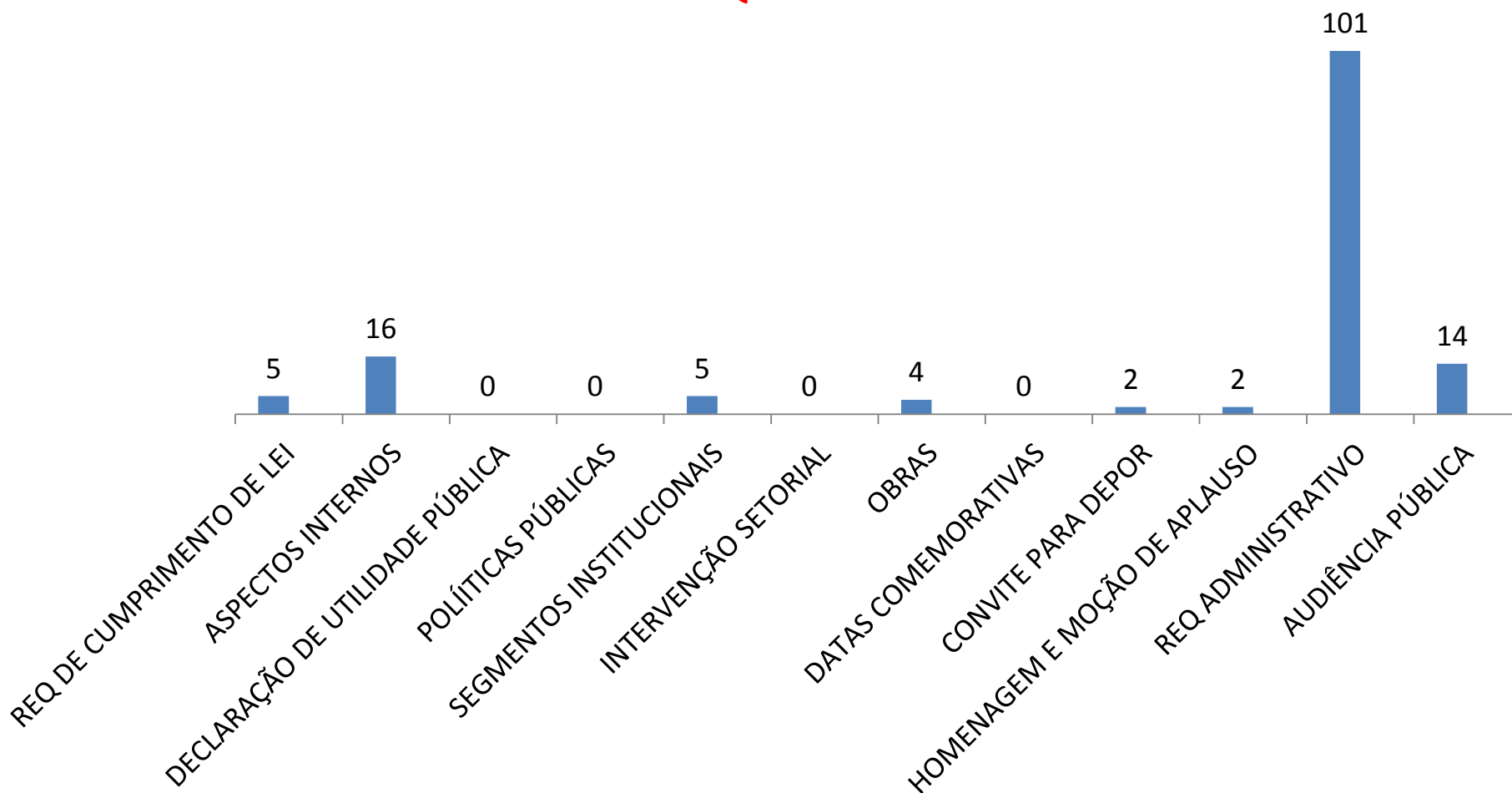


CAMPO DE FUTEBOL



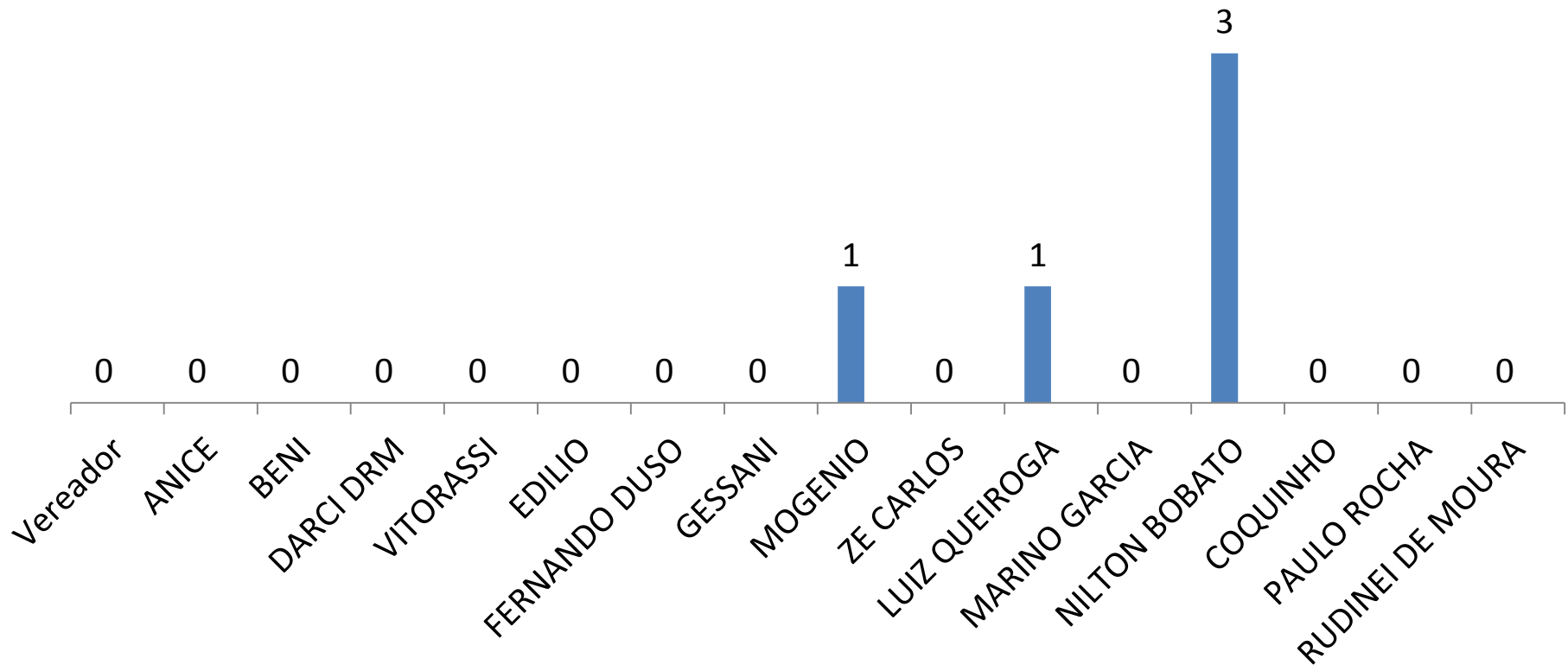
Anexo II – Requerimentos apresentadas

TIPOS DE REQUERIMENTOS



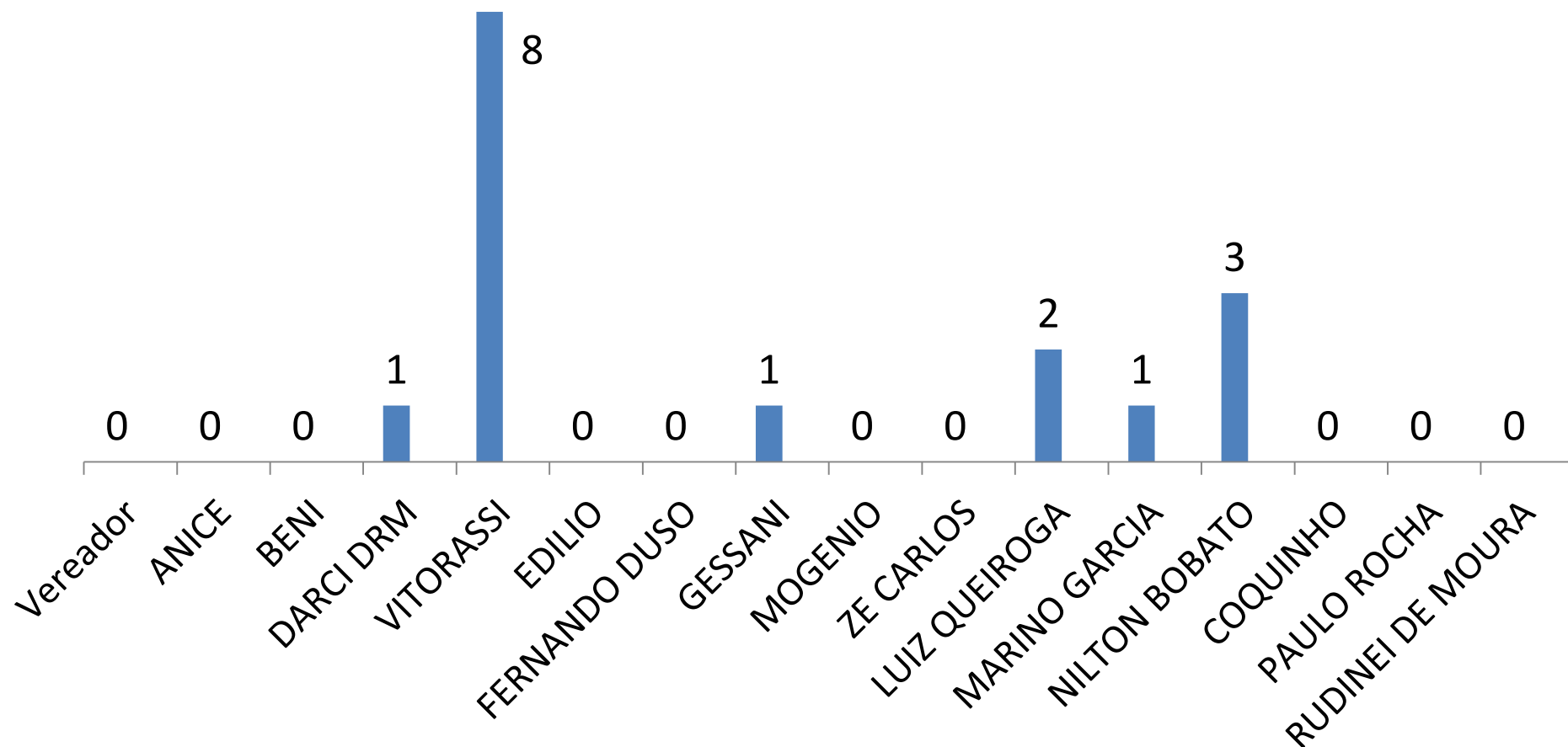
Requerimento Cumprimento de Lei

Solicitação de cumprimento de lei por parte do Executivo.



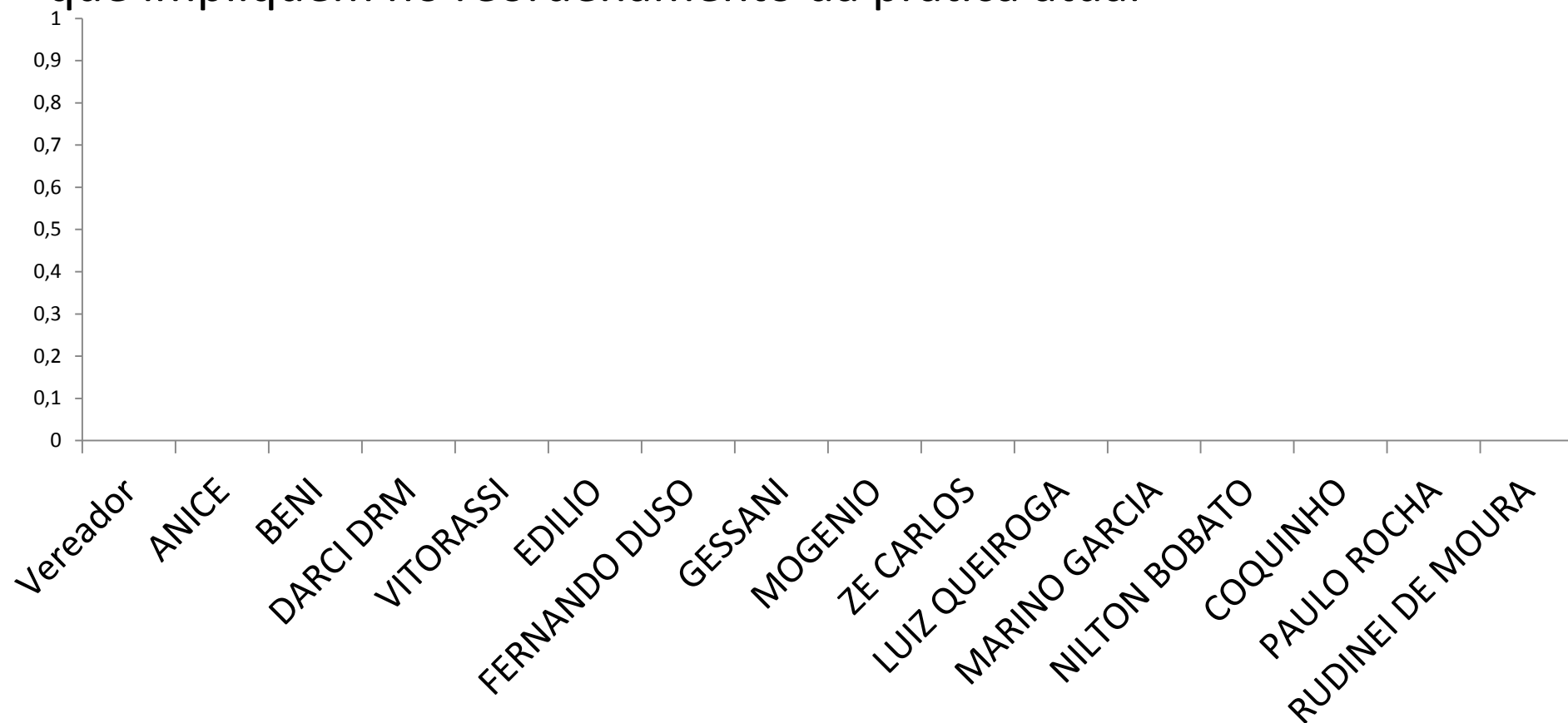
Aspectos Internos

Projetos relacionados a gestão ou o funcionamento interno da Câmara e da Prefeitura



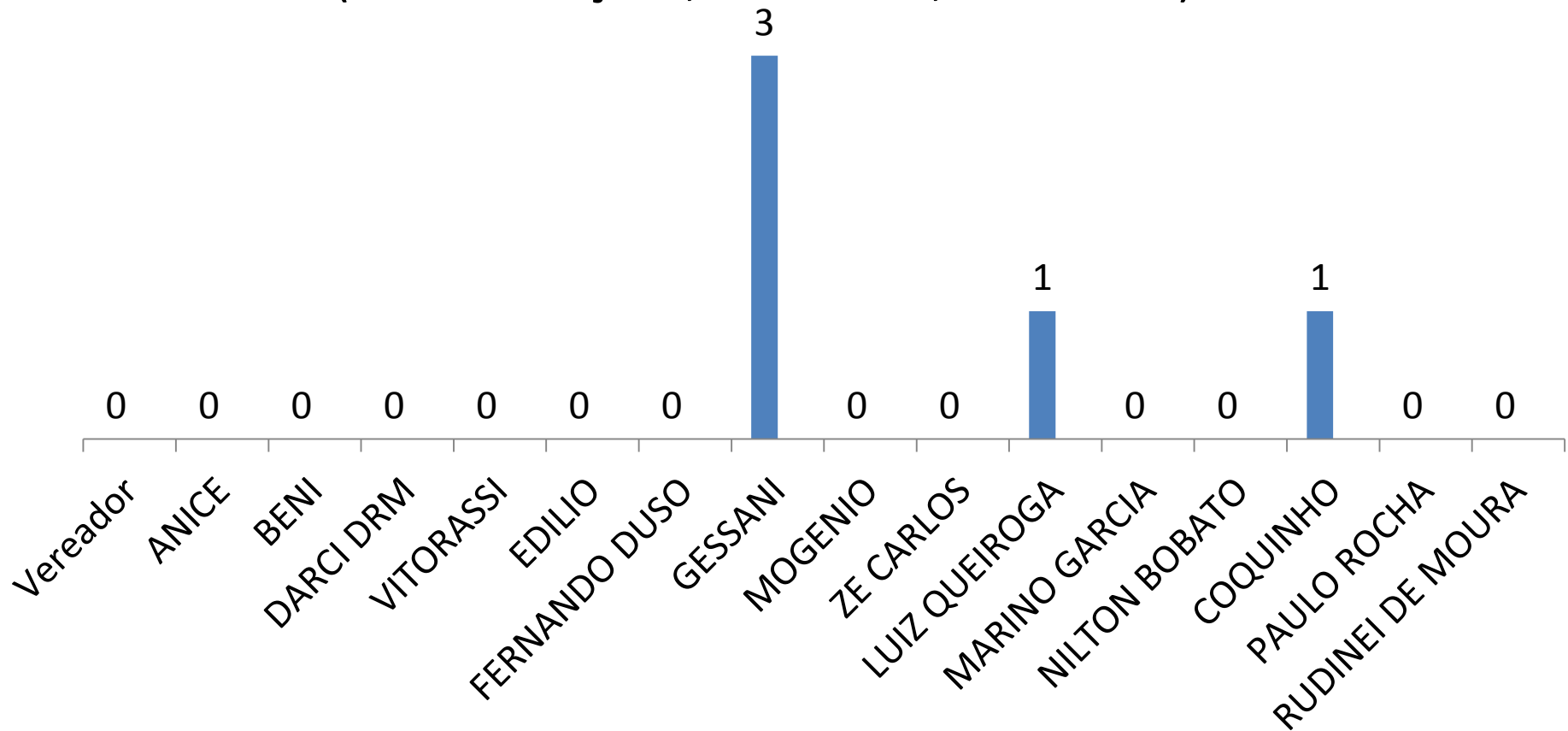
Políticas Públicas

Projetos de conteúdo geral que proponham novas políticas públicas que impliquem no reordenamento da prática atual

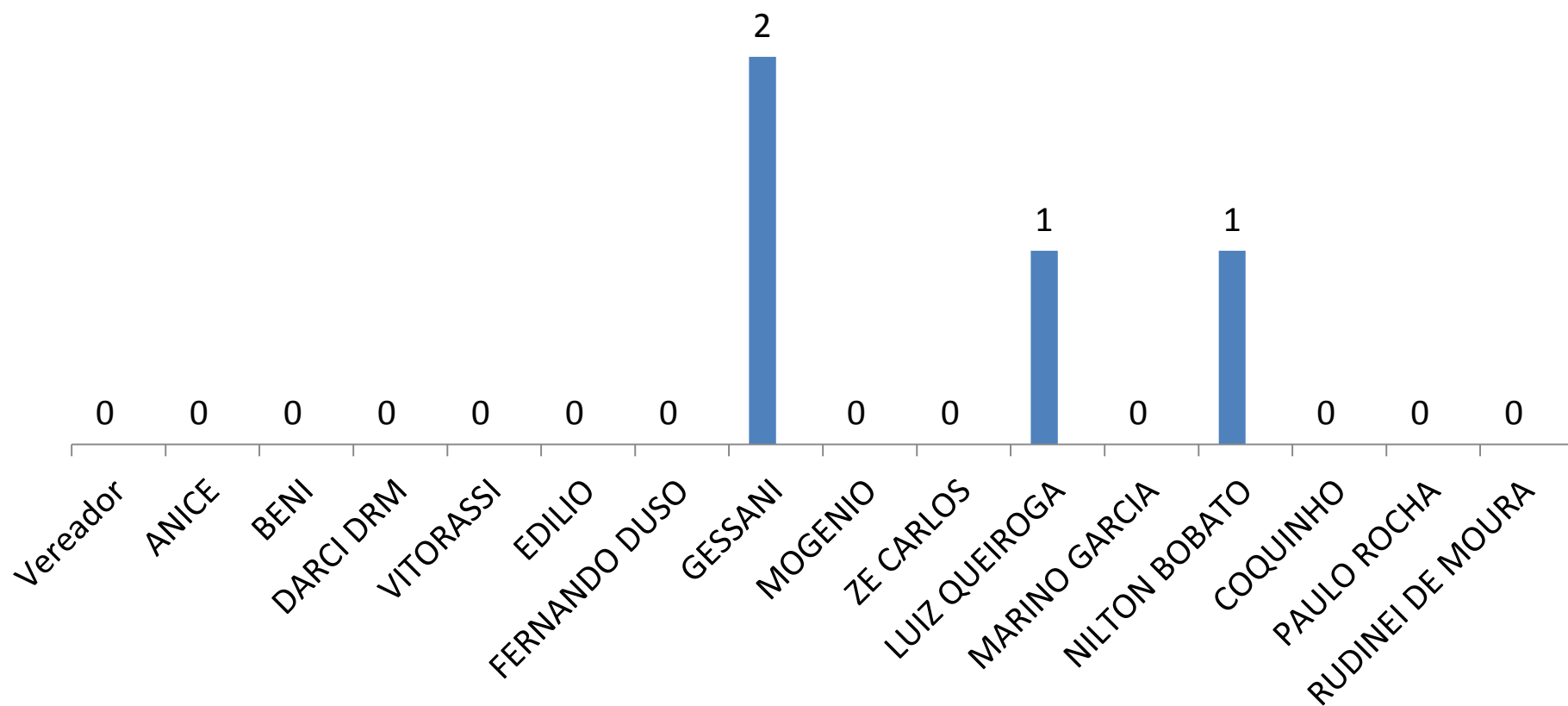


Segmento Institucional

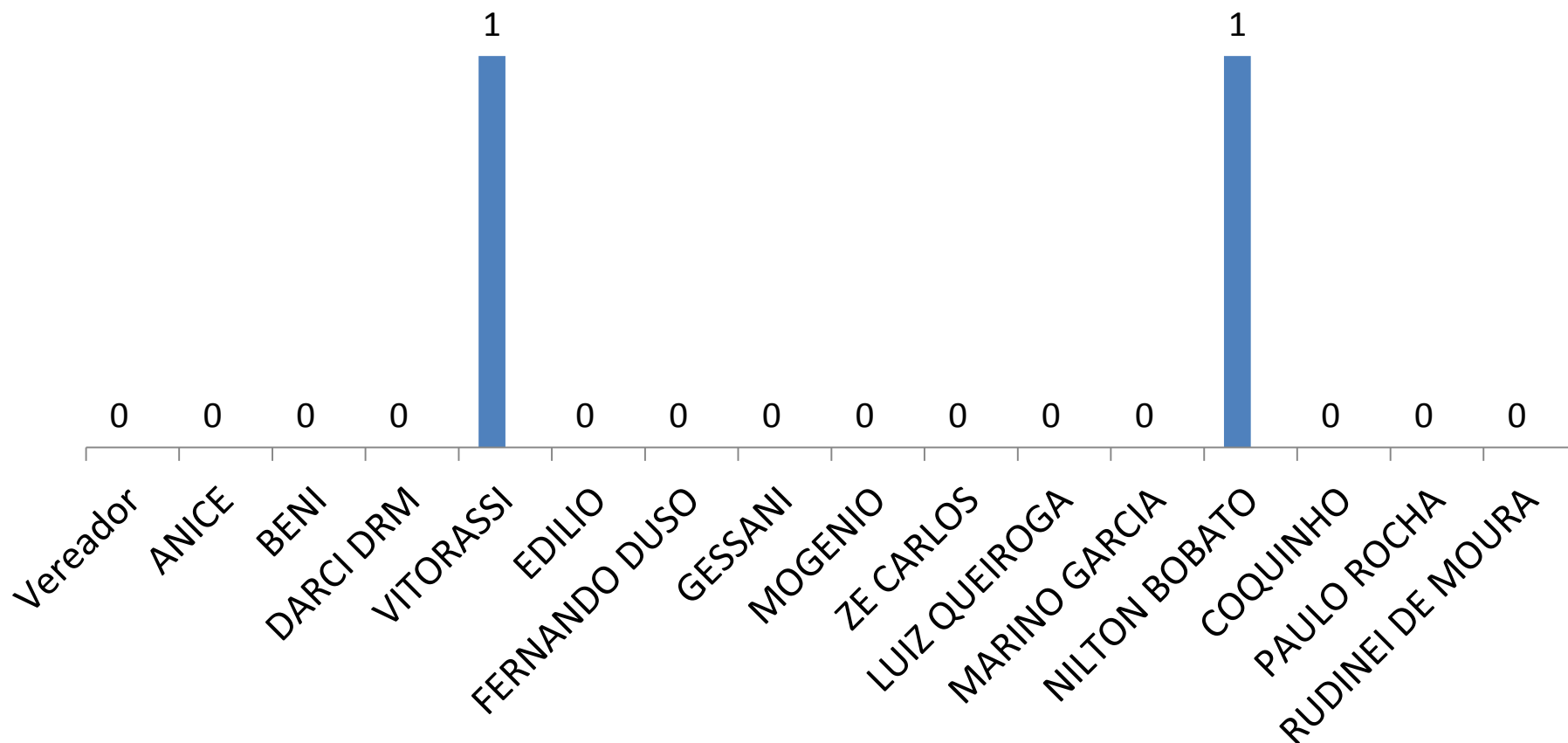
Projetos que atendam especificamente determinados segmentos da sociedade (ex: associações, sindicatos, entidades)



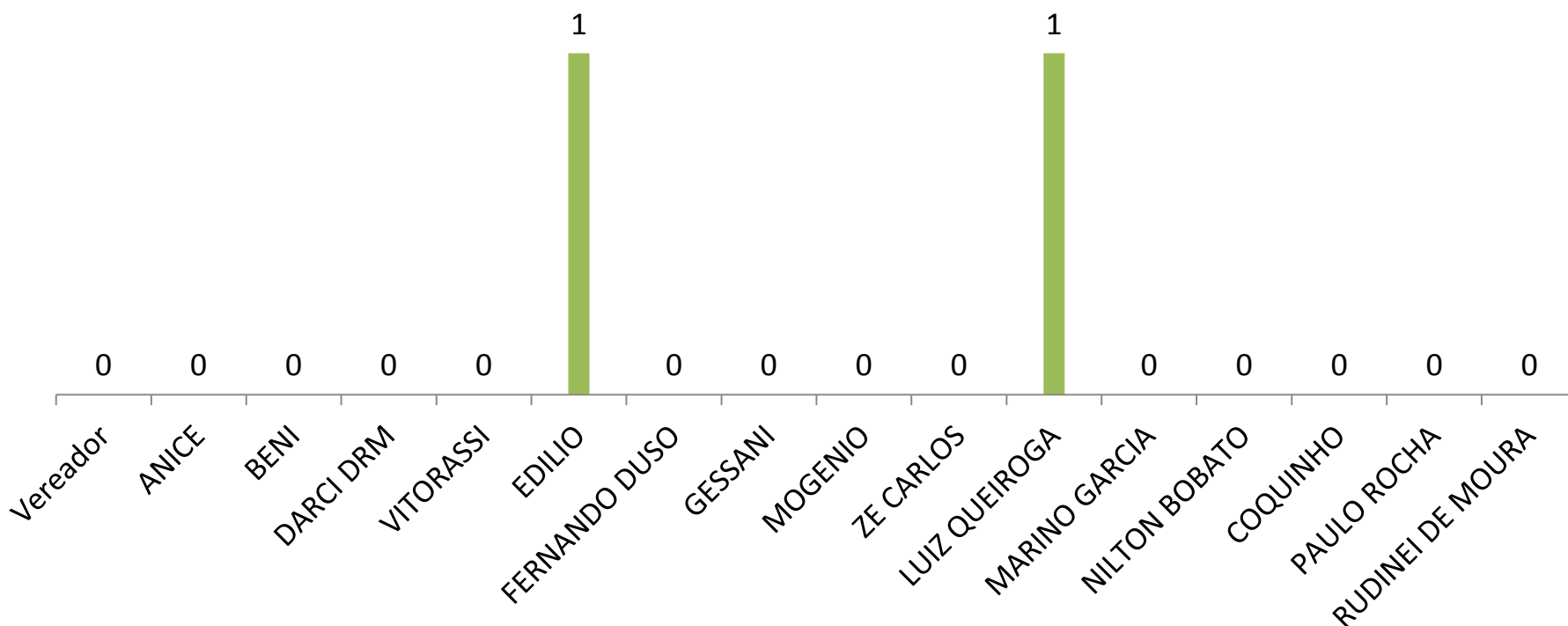
Obras



CONVITE PARA DEPOR

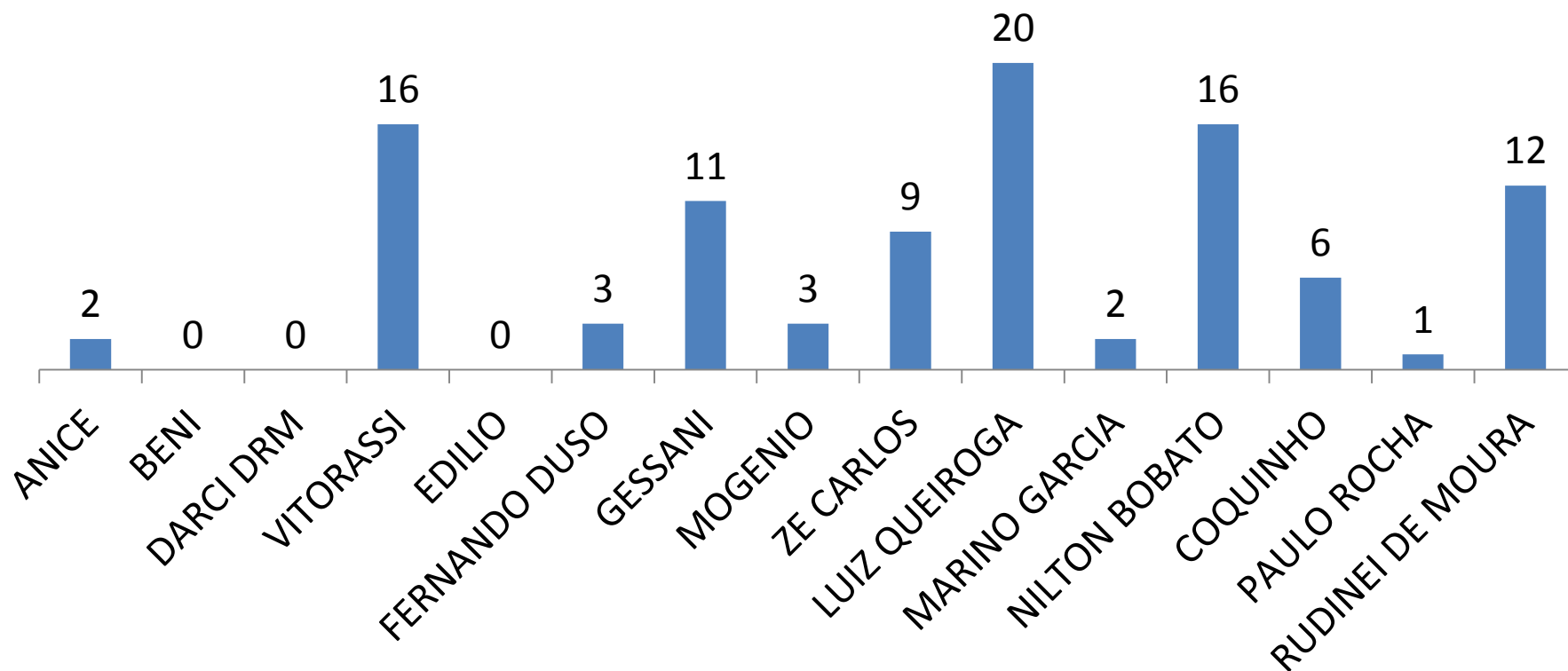


Homenagens



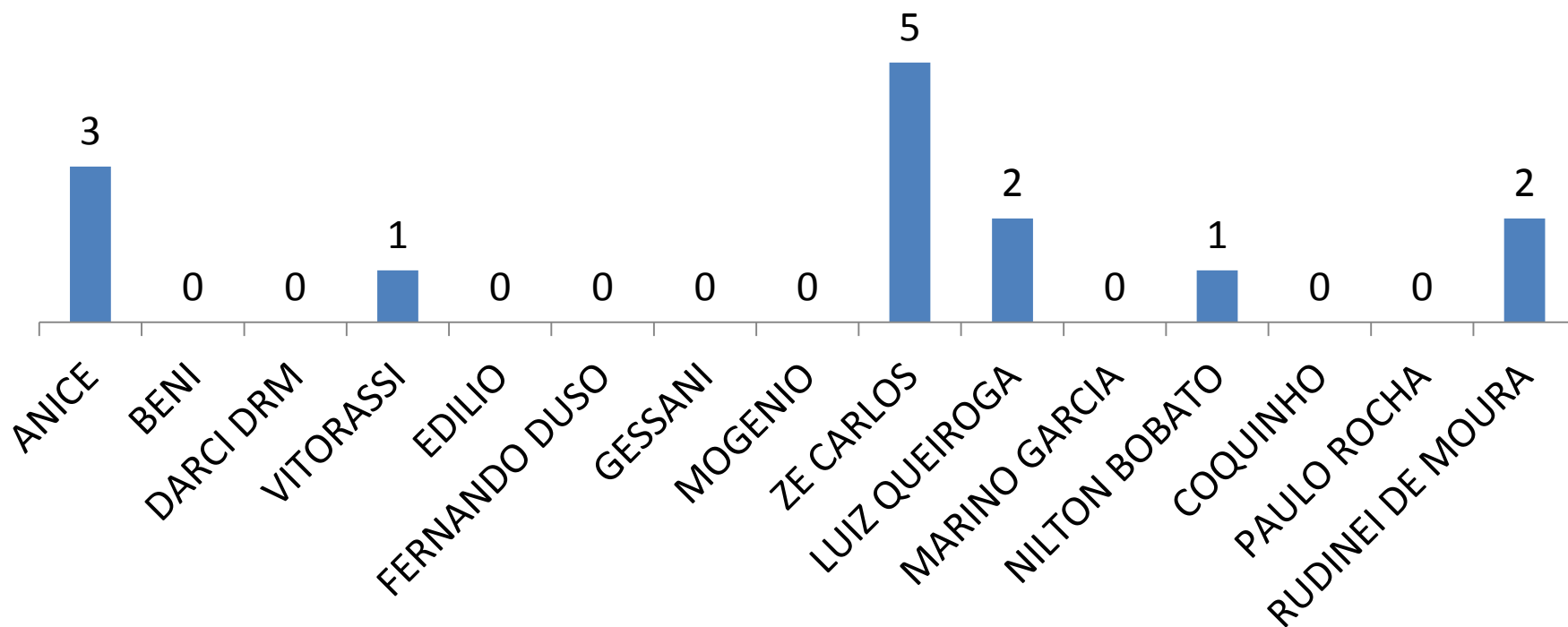
Requerimento Administrativo

Solicitação de esclarecimentos, dados e informações que permitam o exercício da função Fiscalizadora ou Legislativa.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Pedido de audiência para discutir temas que envolvem a sociedade



Requerimentos solicitando informações de FISCALIZAÇÃO do Executivo que foram APROVADOS

GESSANI	056/2013	05/mar	Requer da Secretaria de Educação informações quanto aos recursos liberados pelo FUNDEB para instalação de condicionadores de ar nas CMEIS	REQ ADMINISTRATIVO	A
NILTON BOBATO	071/2013	05/mar	Requer do Prefeito cópias de documentos referentes ao processo de inexigibilidade de licitação nº03/2013, assim como sobre o contrato com a BSB, no valor de R\$ 1 460 000	REQ ADMINISTRATIVO	A

Requerimentos Solicitando informações sobre determinado Segmento que não tem a função FISCALIZADORA e LEGISLATIVA

GESSANI e COQUINHO	075/2013	05/mar	Requer do Gerente Regional do Sicredi, informações quanto a possibilidade de estudo para a instalação de uma agencia no bairro três lagoas	SEGMENTOS INSTITUCIONAIS	A
GESSANI	078/201	05/mar	Requer Gerente Regional do Sicredi, informações quanto a possibilidade de estudo para a instalação de uma agencia no bairro vila C	SEGMENTOS INSTITUCIONAIS	A



Requerimentos solicitando informações de FISCALIZAÇÃO do Executivo que foram REPROVADOS

NILTON BOBATO	017/2013	05/fev	Do Prefeito Municipal informações quanto aos gastos efetuados com a recente viagem realizada pelo Prefeito a Aspen, nas EUA, para o acompanhamento dos jogos X Games	REQ ADMINISTRATIVO	R
NILTON BOBATO	072/2013	07/mar	Requer do Prefeito Municipal informações quanto às reformas nas escolas municipais e quanto à conclusão de obras de estrutura da educação infantil	REQ ADMINISTRATIVO	R
NILTON BOBATO	146/2013	04/abr	Requer do Prefeito a relação dos pagamentos efetuados a fornecedores , prestadores de serviços e afins, bem como as copias dos empenhos destinados para a liquidação dos mesmos desde a entrada em vigor do Decreto n 21 978, 3 de janeiro de 2012, e copia dos pareceres jurídicos e demais documentos técnicos que fundamentaram a decisão de prorrogação da moratória	REQ ADMINISTRATIVO	R
NILTON BOBATO	015/2013	05/fev	Requer ouvida a Casa, o comparecimento do Prefeito Municipal e do Sec M de Governo, Administração e Fazenda à Câmara Municipal para a prestação de esclarecimentos quanto às dívidas do Município anunciadas na nota explicativa publicada do DIOM do dia 29/01/2013	CONVITE PARA DEPOR	R

Fonte: Atas das sessões

Apresentados 02 Decretos Legislativos

Projetos de Decretos Legislativos VEREADORES			
Nº	Data	Autor	Assunto
01 13	29/01/2013	Rudinei de Moura	Concede Título de Cidadão Honorário ao Prof. Almir Gruhn
02 13	02/02/2013	Luiz Queiroga	Título de Cidadã Honorária à Sra. Maria das Graças Campos

Apresentadas 04 Resoluções

RESOLUÇÕES VEREADORES			
Nº	Data	Autor	Assunto
01 13	29/01/2013	Nilton Bobato Gessani da Silva Hermógenes de Oliveira Luiz Queiroga	Permite voto contra chapa única na eleição da mesa diretora
02 13	05/02/2013	Luiz Queiroga Fernando Duso Gessani da Silva Paulo Rocha	Comissão de Legislação decide sobre ilegalidade projeto
06 13	07/03/2013	Mesa Diretora	Estágio de estudantes
08 13	10/04/2013	Nilton Bobato Anice Gazzaoui Darci Siqueira Fernando Duso Marino Garcia	Altera dispositivos do Regimento Interno da Câmara